

## SUMÁRIO

|                                            |    |
|--------------------------------------------|----|
| SUMÁRIO .....                              | 1  |
| ATOS NORMATIVOS.....                       | 1  |
| Presidência .....                          | 1  |
| Portaria .....                             | 1  |
| ATOS DE CONTROLE EXTERNO .....             | 2  |
| Juízo Singular .....                       | 2  |
| Conselheiro Ronaldo Chadid.....            | 2  |
| Decisão Singular .....                     | 2  |
| Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo ..... | 6  |
| Decisão Singular .....                     | 6  |
| Conselheiro Jerson Domingos .....          | 11 |
| Decisão Singular .....                     | 11 |
| ATOS PROCESSUAIS .....                     | 12 |
| Conselheiro Iran Coelho das Neves .....    | 12 |
| Despacho .....                             | 12 |
| Conselheiro Ronaldo Chadid.....            | 13 |
| Despacho .....                             | 13 |
| Intimações .....                           | 14 |
| Carga/Vista.....                           | 14 |
| Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo ..... | 14 |
| Despacho .....                             | 14 |
| Carga/Vista.....                           | 15 |
| Conselheiro Flávio Kayatt.....             | 15 |
| Despacho .....                             | 15 |
| Cartório .....                             | 15 |
| Carga/Vista.....                           | 15 |
| SECRETARIA DAS SESSÕES.....                | 15 |
| Pauta .....                                | 15 |
| Pleno .....                                | 15 |
| Primeira Câmara.....                       | 22 |
| Segunda Câmara.....                        | 25 |
| ATOS DO PRESIDENTE .....                   | 26 |
| Atos de Gestão .....                       | 26 |
| Extrato de Contrato.....                   | 26 |

## ATOS NORMATIVOS

### Presidência

### Portaria

#### PORTARIA TCE/MS N. 38, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019.

*Dispõe sobre a instituição e o regulamento de uso do 'Espaço Cultural do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul'.*

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, CONSELHEIRO IRAN COELHO DAS NEVES**, no uso da competência conferida no inciso I do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, tendo em vista o disposto inciso XXVII do art. 20 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 98, de 5 de dezembro de 2018;

*Considerando* que o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, além de exercer as atividades que lhe são inerentes, procura estimular o conhecimento e a disseminação cultural;

*Considerando* ser importante preservar e incentivar todas as atividades que representam e divulgam o Tribunal de Contas e que contribuíam, também, para a divulgação da arte sul-mato-grossense;

*Considerando* a conveniência e a oportunidade de ser instituído um espaço no Tribunal de Contas para ser ambiente adequado à divulgação de manifestações artísticas e culturais, assim como estimular a produção de conhecimento;

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Fica instituído o 'Espaço Cultural do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul', no hall de entrada do prédio sede, a ser organizado, coordenado e supervisionado pela Presidência.

**Art. 2º** O Espaço Cultural será destinado para divulgar as atividades e manifestações artísticas e culturais, do próprio Tribunal, de seus servidores e de terceiros, consubstanciadas em exposições de quadros, artesanatos, arranjos, esculturas, outras obras de arte e lançamento de livros, além de festividades de datas comemorativas e outros eventos de interesse do TCE-MS.

**Art. 3º** OS interessados que pretenderem expor ou realizar eventos de natureza artística ou cultural deverão encaminhar solicitação à Presidência, que será avaliada quanto à sua conveniência e oportunidade.

**§ 1º** A solicitação deverá conter o detalhamento do tipo de exposição ou do evento pretendido, o período de duração e/ou a data de realização, além de outras informações pertinentes.

**§ 2º** Caso não haja impedimento, após o pronunciamento do Cerimonial do Tribunal, serão tomadas as providências necessárias para a liberação do espaço.

**§ 3º** O tempo máximo de utilização do Espaço Cultural será de até dois meses para cada interessado ou grupo de interessados, ressalvada a possibilidade de extensão do prazo pela Presidência, por razões de conveniência.

**Art. 4º** O Cerimonial do Tribunal manterá o controle dos eventos e das exposições agendadas, e coordenará e supervisionará o uso do Espaço.

**Parágrafo único.** Na impossibilidade de realização da exposição no período solicitado pelo interessado, o Cerimonial poderá agendar o evento para ocasião mais oportuna à política de utilização do Espaço Cultural.

**Art. 5º** O uso do Espaço Cultural será gratuito.

**Parágrafo único.** A título de doação, o Tribunal de Contas poderá receber do promotor de eventos e/ou expositor obras de arte, livros e demais objetos para incorporação ao seu acervo.

**Art. 6º** Será da exclusiva responsabilidade do expositor ou promotor do evento:

I - assumir os danos causados ao patrimônio do Tribunal de Contas e a terceiros, decorrentes do evento;

II - a comercialização das obras e demais artigos e elementos expostos;

III - a montagem da amostra, obedecida a orientação do Cerimonial do Tribunal.

**Art. 7º** O interessado, antes da realização do evento ou da exposição, firmará termo de responsabilidade, no qual se declarará ciente dos termos desta Portaria.

**Art. 8º** Não será permitida a fixação de pregos, parafusos ou similares nas paredes do Espaço Cultural ou outros bens de propriedade do Tribunal, salvo autorização especial do Cerimonial.

**Art. 9º** O expositor poderá oferecer coquetel por ocasião da inauguração da exposição ou apresentação artística ou cultural, às suas expensas, sob a supervisão do Cerimonial do Tribunal.

**Parágrafo único.** Os convites, folhetos e demais materiais e serviços de divulgação serão de responsabilidade do expositor ou promotor do evento.

**Art. 10.** Durante o período de exposição será obrigatória a presença de, ao menos, uma pessoa responsável pela exposição ou evento, no horário designado à visitação pública.

**Art. 11.** Após o evento, o organizador deverá providenciar a retirada dos objetos, obras de arte e equipamentos utilizados, no prazo máximo de vinte e quatro horas.

**Parágrafo único.** O Tribunal de Contas não se responsabilizará pelas peças não retiradas no prazo estipulado no caput.

**Art. 12.** A Presidência, mediante avaliação das condições de realização do evento, poderá arcar com as despesas decorrentes de sua execução e disponibilizar o cerimonial para assessorar nas atividades desenvolvidas no Espaço Cultural.

**Art. 13.** A Presidência poderá determinar, a qualquer tempo, por decisão fundamentada, o cancelamento da autorização de uso, bem como a suspensão da exposição ou evento, sem direito à indenização aos interessados.

**Art. 14.** Os casos omissos serão dirimidos pela Presidência do Tribunal de Contas.

**Art. 15.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 21 de novembro de 2019.

**Conselheiro IRAN COELHO DAS NEVES**  
Presidente do TCEMS

## ATOS DE CONTROLE EXTERNO

### Juízo Singular

**Conselheiro Ronaldo Chadid**

### Decisão Singular

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 14288/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/19415/2012

**PROTOCOLO:** 1361023

**ÓRGÃO:** MUNICÍPIO DE ROCHEDO/MS

**RESPONSÁVEL:** ADÃO PEDRO ARANTES

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID

#### • Ementa

ATO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO. FUNÇÃO DE MOTORISTA. HIPÓTESE NÃO PREVISTA NA LEI AUTORIZATIVA DO MUNICÍPIO.

AUSÊNCIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. INTIMAÇÃO DA AUTORIDADE CONTRATANTE. JUSTIFICATIVAS IMPROCEDENTES. NÃO REGISTRO. MULTA.

#### • Relatório

Trata-se de processo de admissão de pessoal que busca verificar a legalidade da contratação por tempo determinado de **Iamaque Moura da Silva** realizada pelo Município de Rochedo/MS para exercer a função de motorista durante o período de 1º de agosto de 2012 a 21 de dezembro de 2012 conforme Contrato n. 43/2012.

Após constatar que *“a contratação não se caracteriza como de necessidade temporária e excepcional interesse público, exigida no texto constitucional para cargo dessa natureza, é uma situação corriqueira que sempre será essencial para o bom funcionamento do órgão, e não é temporária, pois ao término da vigência do contrato o órgão terá que contratar novamente uma vez que a referida função enquadra-se como necessidade permanente”* a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária se manifestou pelo não registro do ato (f. 70-73).

Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas, seu Representante opinou pelo não registro, pois *“e a contratação não demonstra a necessidade de excepcional interesse público, por se tratar de uma atividade de caráter contínuo rotineiro e permanente da administração”* (f. 74-76).

Diante da ausência da Lei Autorizativa do Município diligenciei solicitando cópia da referida norma à Autoridade Contratante que apresentou os documentos de folhas 89-102 resposta.

Conduzidos os autos à DFAPGP para análise dos documentos apresentados, a equipe técnica se manifestou novamente pelo não registro tendo em vista que *“a legislação apresentada não regulamenta o assunto, ademais o jurisdicionado não comprovou o requisito da excepcionalidade”* (f. 138-140).

Remetidos os autos ao Ministério Público de Contas, seu Representante ratificou o entendimento anterior e opinou novamente pelo não registro (f. 141-142).

#### • Legalidade da admissão

É pacífico o entendimento de que havendo necessidade temporária de pessoal o administrador público pode utilizar a exceção disposta no art. 37, IX, da Constituição Federal, para que não seja paralisada uma atividade governamental, em respeito ao princípio da continuidade do serviço público, segundo o qual as funções essenciais ou necessárias à coletividade são ininterruptas.

Todavia, para fazer uso do permissivo previsto no inciso IX do artigo 37 é necessário comprovar o preenchimento de pressupostos que levam em conta a determinabilidade do prazo da contratação, a temporariedade da carência e a excepcionalidade das situações de interesse público, previamente delimitas em lei.

Visando dar maior efetividade à forma de recrutamento de pessoal acima mencionada a Constituição Federal deu autonomia a cada Ente da Federação para estabelecer, por meio de lei, as hipóteses e situações que autorizam a contratação temporária de servidor.

A Lei Municipal n. 37/2015 regulamenta a contratação temporária no âmbito do Município de Rochedo, ocorre que a citada Lei é inócua, já que prevê tão somente a possibilidade genérica de contratação temporária, deixando de delimitar as hipóteses de excepcional interesse público que justificariam a utilização da exceção constitucional, *in verbis*:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal, em caráter temporário, para atender a necessidade de excepcional interesse público do município.

Art. 2º - O disposto no artigo 1º aplicar-se-á inclusive aos contratos anteriores a vigência desta lei, firmados pela Administração Pública Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Considerando que a contratação em epígrafe foi realizada sob a égide da Lei acima, e que a mesma prevê somente a possibilidade genérica de contratação temporária, sem delimitar as hipóteses de excepcional interesse público que justificam a utilização da exceção constitucional, não há como ser legal.

A previsão em lei específica é pressuposto de validade para contratação direta com base no art. 37, IX, da Constituição Federal.

Não existindo autorização na norma local para contratação emergencial deverá ser observada a regra geral estabelecida no artigo 37, II, sob pena de nulidade do ato e de punição da autoridade responsável, conforme imposição constitucional disposta no artigo 37, § 2º.

No caso posto nos autos, ao editar a Lei Autorizativa do Município (n. 37/2015) o legislador municipal deixou de observar os três requisitos obrigatórios estabelecidos no inciso IX do art. 37, da Constituição Federal, já que a Lei Municipal não delimitou qualquer hipóteses de excepcional interesse público, apenas o fez de forma genérica. Impende destacar a lição de Hely Lopes Meirelles

no sentido de que as previsões legais referentes à necessidade da contratação e excepcionalidade do interesse público devem ser previstas com alguma delimitação e não de modo inteiramente abstrato:

"Além dos servidores públicos concursados ou nomeados em comissão, a Constituição Federal **permite que a União, os Estados e os Municípios editem leis que estabeleçam os 'casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público'** (art. 37, IX). **obviamente, essas leis deverão atender aos princípios da razoabilidade e da moralidade. não podem prever hipóteses abrangentes e genéricas, nem deixar sem definição, ou em aberto, os casos de contratação** (STF, RDA 239/457). **dessa forma, só podem prever casos que efetivamente justifiquem a contratação.** esta, a evidência, somente poderá ser feita em processo seletivo quando o interesse público assim o permitir.

Quanto à previsão das hipóteses no autorizativo municipal, o entendimento é unânime, conforme julgados abaixo:

**A) AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI COMPLEMENTAR Nº 1.504/2001, DO MUNICÍPIO DE CARLOS CHAGAS - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - NECESSIDADE TEMPORÁRIA - PREVISÃO GENÉRICA. É INCONSTITUCIONAL DISPOSITIVO DE LEI MUNICIPAL QUE PREVÊ GENERICAMENTE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, SEM ESPECIFICAR AS SITUAÇÕES DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO** (ADI. 1.0000.09.504325-3/000 (1) DES. CARREIRA MACHADO).

**B) ADIN. CONTRATO EMERGENCIAL. LEI MUNICIPAL N.º 2.053/2008, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 2.062/2008, DO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR EM REGIME TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. LEI QUE SEQUER APONTA QUAL A SITUAÇÃO EXCEPCIONAL QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL, A REVELAR CLARA POLÍTICA NO SENTIDO DE VALER-SE DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS DE SERVIDORES PARA ALÉM DAS HIPÓTESES CONSTITUCIONALMENTE PERMITIDAS, EM EVIDENTE BURLA A PRINCÍPIOS REGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OFENSA AOS ARTS. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E 19, IV, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO.**

EFICÁCIA A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DESTA DECISÃO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME. (AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N.º 70027922756, TRIBUNAL PLENO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: JOSÉ AQUINO FLORES DE CAMARGO, JULGADO EM 22/06/2009).

Assim, não basta à apresentação de alegações genéricas para justificar a utilização do permissivo constitucional de exceção, pois está vinculada a existência de regulamentação própria e adstrita às condições estabelecidas no art. 37, IX, da Constituição Federal (excepcional interesse público, temporariedade da contratação e a adequação da situação a uma das hipóteses definidas em lei).

Pois bem, no presente caso, o aspecto preponderante e fundamental que usarei para decidir pelo não registro da contratação temporária em apreço reside na ausência de Lei Autorizativa válida, já que a Lei Municipal n. 37/2015 é inócua, pois não define as hipóteses de excepcional interesse público.

#### • *Decisum*

Diante do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e **DECIDO**:

I - Pelo **NÃO REGISTRO** da contratação por tempo determinado de lamaque Moura da Silva realizada pelo Município de Rochedo/MS para exercer a função de motorista durante o período de 1º de agosto de 2012 a 21 de dezembro de 2012 por violar o art. 37, IX, da Constituição Federal ao efetuar admissão temporária com base em Lei Autorizativa inválida;

II - Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** a Adão Pedro Arantes, Autoridade Contratante, inscrito no CPF sob o n. 294.485.301-53, no valor correspondente a 50 (cinquenta) UFERMS pela violação do art. 37, IX, da Constituição Federal (realizar contratação temporária de servido com base em lei que não delimita as hipóteses de contratação temporária por excepcional interesse público), nos termos do art. 180, I, do Regimento Interno;

III - Pela **CONCESSÃO DO PRAZO** de 45 (quarenta e cinco) dias para comprovação do recolhimento da multa aplicada do item acima ao FUNTC, nos termos do art. 83 da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, sob pena de cobrança executiva judicial, nos termos do art. 77, § 4º da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul;

IV - Pela **RECOMENDAÇÃO** ao Titular do Executivo Municipal em exercício que adote os procedimentos necessários à realização de concurso público destinado a compor o quadro permanente de pessoal do Município, conforme mandamento insculpido no art. 37, II, da Constituição Federal.

É a decisão.

*Remetam-se os autos ao Cartório para publicação e demais providências.*

Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2019.

**Ronaldo Chadid**  
**Conselheiro Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 14299/2019**

**PROCESSO TC/MS: TC/20272/2016**

**PROTOCOLO: 1739767**

**ÓRGÃO: MUNICÍPIO DE PARANAIBA/MS**

**RESPONSÁVEL: DIOGO ROBALINHO DE QUEIROZ**

**TIPO DE PROCESSO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

**RELATOR: CONS. RONALDO CHADID**

**ATO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO. FUNÇÃO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. HIPÓTESE PREVISTA NA LEI AUTORIZATIVA DO MUNICÍPIO. REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS. REGISTRO.**

Trata-se de processo de admissão de pessoal que busca verificar a legalidade da contratação por tempo determinado de **Marcia Maria do Nascimento Batista** realizada pelo Município de Paranaíba/MS para exercer a função de professora durante o período de 15/02/2016 a 30/04/2016, conforme Contrato n. 734/2016.

No decorrer da instrução processual, após proceder ao exame dos documentos que integram o feito, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária (f. 101-104) e o Representante do Ministério Público de Contas (f. 105-106) se manifestaram pelo registro da admissão em apreço.

*É o relatório.*

Após analisar os documentos que integram os autos constato que os requisitos estabelecidos no art. 37, IX, da Constituição Federal (determinabilidade do prazo de contratação, a temporariedade da carência e a excepcionalidade das situações de interesse, público previamente descritas em lei) foram preenchidos, diante do exposto **DECIDO** pelo **REGISTRO** da contratação por tempo determinado de **Marcia Maria do Nascimento Batista** realizada pelo Município de Paranaíba/MS com base no art. 195, IV, da LC n. 47/2011, para exercer a função de professora durante o período de 15/02/2016 a 30/04/2016 conforme Contrato n. 734/2016.

É a decisão.

*Remetam-se os autos ao Cartório para publicação e demais providências.*  
Cumpra-se.  
Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2019.

**Ronaldo Chadid**  
**Conselheiro Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 14296/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/25314/2016  
**PROTOCOLO:** 1753860  
**ÓRGÃO:** MUNICÍPIO DE PARANAIBA/MS  
**RESPONSÁVEL:** JAMIL BALDUINO MACHADO  
**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA  
**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID

ATO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO. FUNÇÃO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. HIPÓTESE PREVISTA NA LEI AUTORIZATIVA DO MUNICÍPIO. REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS. REGISTRO.

Trata-se de processo de admissão de pessoal que busca verificar a legalidade da contratação por tempo determinado de **Joana Darque Prudêncio** realizada pelo Município de Paranaíba/MS para exercer a função de agente comunitária de saúde durante o período de 28/04/2016 a 30/11/2016 conforme Contrato n. 936/2016.

No decorrer da instrução processual, após proceder ao exame dos documentos que integram o feito, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária (f. 111-114) e o Representante do Ministério Público de Contas (f. 115-116) se manifestaram pelo registro da admissão em apreço.

*É o relatório.*

Após analisar os documentos que integram os autos constato que os requisitos estabelecidos no art. 37, IX, da Constituição Federal (determinabilidade do prazo de contratação, a temporariedade da carência e a excepcionalidade das situações de interesse público previamente descritas em lei) foram preenchidos, diante do exposto **DECIDO** pelo **REGISTRO** da contratação por tempo determinado de **Joana Darque Prudêncio** realizada pelo Município de Paranaíba/MS com base no art. 195, II, da LC n. 47/2011, para exercer a função de agente comunitária de saúde durante o período de 28/04/2016 a 30/11/2016 conforme Contrato n. 936/2016.

É a decisão.

*Remetam-se os autos ao Cartório para publicação e demais providências.*

Cumpra-se.  
Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2019.

**Ronaldo Chadid**  
**Conselheiro Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 14292/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/29899/2016  
**PROTOCOLO:** 1764024  
**ÓRGÃO:** MUNICÍPIO DE PARANAIBA/MS  
**RESPONSÁVEL:** DIOGO ROBALINHO DE QUEIROZ  
**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA  
**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID

ATO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO. FUNÇÃO. PROFESSOR. HIPÓTESE PREVISTA NA LEI AUTORIZATIVA DO MUNICÍPIO. REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS. REGISTRO.

Trata-se de processo de admissão de pessoal que busca verificar a legalidade da contratação por tempo determinado de **Selma Maria Arazini** realizada pelo Município de Paranaíba/MS para exercer a função de professora durante o período de 01/09/16 a 15/09/20167 conforme Decreto n. 111/2016.

No decorrer da instrução processual, após proceder ao exame dos documentos que integram o feito, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária (f. 151-154) e o Representante do Ministério Público de Contas (f. 155-156) se manifestaram pelo registro da admissão em apreço.

*É o relatório.*

Após analisar os documentos que integram os autos constato que os requisitos estabelecidos no art. 37, IX, da Constituição Federal (determinabilidade do prazo de contratação, a temporariedade da carência e a excepcionalidade das situações de interesse público previamente descritas em lei) foram preenchidos, diante do exposto **DECIDO** pelo **REGISTRO** da contratação por tempo determinado de **Selma Maria Arazini** realizada pelo Município de Paranaíba/MS para exercer a função de professora durante o período de 01/09/16 a 15/09/20167 conforme Decreto n. 111/2016.

É a decisão.

*Remetam-se os autos ao Cartório para publicação e demais providências.*  
Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2019.

**Ronaldo Chadid**  
**Conselheiro Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 14146/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6266/2017  
**PROTOCOLO:** 1460256  
**ÓRGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE NIOAQUE  
**INTERESSADO (A):** VALDECI FERREIRA DOS REIS  
**TIPO DE PROCESSO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO  
**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. PROCESSO LICITATÓRIO. MODALIDADE CONVITE. REGULAR. FORMALIZAÇÃO. CLÁUSULAS NECESSÁRIAS. REGULARIDADE. EXECUÇÃO FINANCEIRA. CONTAS PRESTADAS. REGULAR. INTEMPESTIVIDADE NA REMESSA. MULTA.

Em exame o processo licitatório – deflagrado na modalidade Convite sob n. 02/2012 – a formalização do Contrato Administrativo n. 02/2012 e a respectiva execução financeira do instrumento celebrado entre a *Câmara Municipal de Nioaque/MS* e a empresa *Ziliotto Comércio e Representações Ltda.*, com valor correspondente a R\$ 48.078,64 (quarenta e oito mil e setenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), para a *contratação de empresa para fornecimento de materiais/equipamentos para atendimento do legislativo municipal* (conforme cláusula primeira do contrato, f. 297).

A documentação, encaminhada por intermédio do Ofício n. 435/2013 (f. 12), foi submetida à análise prévia pela equipe técnica que, verificando a ausência de documentos necessários à correta instrução processual, intimou o interessado para que apresentasse: “1. Indicação do objeto e do valor estimado, acompanhado da pesquisa de mercado com 3 empresas; 2. Lei que estabelece o jornal como imprensa oficial; 3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT; 4. Publicação do contrato com data legível; (Item 1.1.1, B.1, 3, 8 e 18 – item 1.2.2, b, 3); 5. Termo de encerramento contratual; (Itens 1.3.1, B, 7); 6. Relação dos materiais obtidos”.

Foi apresentada resposta à intimação acompanhada de documentação complementar às f. 320-342.

Novamente encaminhado para a emissão de análise conclusiva, diante da apresentação da documentação solicitada, a equipe técnica concluiu pela regularidade da contratação, ressalvando a remessa intempestiva dos documentos pertinentes à formalização do contrato administrativo (ANA-10999/2018, f. 345-349).

Enviados para o Ministério Público de Contas, o *parquet* concluiu como insuficientes a documentação e justificativas apresentadas pelo Ordenador, e entendeu pela irregularidade da primeira fase da contratação, com a consequente contaminação das demais fases, pugnando ainda pela aplicação

de multa ao jurisdicionado pela inobservância do prazo de remessa (PAR-16943/2018, f. 350-353).

Para o fim de cumprir o que determina o Regimento Interno desta Corte de Contas e em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, este Relator proferiu despacho saneador à f. 354-355, para que o Ordenador da Despesa apresentasse documentos ou justificativas para a remessa intempestiva de documentos.

O interessado apresentou resposta à intimação às f. 360-367.

É o relatório. Passo às razões da decisão.

Antes de adentrar na análise de mérito dos aspectos relativos às três fases da contratação em questão, cumpre esclarecer que em observância ao que dispõem os artigos 10 e 11, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, aprovado pela Resolução n. 98/2018, e considerando o valor global contratado (R\$ 48.078,64) e o valor da UFERMS na data da assinatura de seu termo (outubro/2012) passo a decidir monocraticamente, amparado pela competência atribuída ao juízo singular do Conselheiro Relator nos termos regimentais.

O feito encontra-se apto para julgamento e o que se aprecia nesta oportunidade são as três fases da contratação (processo licitatório, formalização contratual e execução financeira), sendo que para a correta instrução processual, foi oportunizado ao jurisdicionado a apresentação de defesa e/ou documentos complementares capazes de afastar as inconsistências apontadas pela equipe técnica, em conformidade com o que estabelecem os artigos 112 e 113 do Regimento Interno.

#### - Quanto ao processo licitatório – Convite n. 02/2012

Compulsando a documentação carreada aos autos, verifico que o processo licitatório, deflagrado na modalidade *Convite* sob n. 02/2012, teve por finalidade a aquisição de materiais e equipamentos para atendimento do legislativo municipal de Nioaque/MS.

A partir da documentação apresentada pelo interessado, verifico a presença de todos os documentos necessários ao reconhecimento da regularidade da primeira fase da contratação, especialmente porque os documentos inicialmente não apresentados acompanharam a resposta à intimação.

Consta dos autos a apresentação dos seguintes documentos: autorização para realização da licitação; identificação do processo administrativo; indicação do objeto, valor estimado, acompanhado da pesquisa de mercado; edital ou convite; publicação/afixação do edital aviso de licitação; parecer jurídico; previsão orçamentária; atas, relatórios e deliberações da comissão julgadora; atos de adjudicação e homologação; lei que estabelece o jornal como imprensa oficial; ato de designação da comissão de licitação e respectiva publicação; Certidão Negativa de Débito (CND) com o FGTS; Certidão Negativa de Débito (CND) com o MPAS; cópias das propostas e documentos que as instruem; documentação de credenciamento e habilitação; minuta do contrato ou instrumento equivalente; comprovação da entrega do convite às empresas do ramo.

Quanto à justificativa para a não apresentação à época da certidão negativa trabalhista, **fundamentada no fato de que referido documento passou a ser exigido somente cerca de um mês antes da contratação**, acolho as razões trazidas pelo jurisdicionado às f. 323-327, diante da exiguidade de tempo entre a entrada em vigor da referida exigência legal (introduzida pela Lei 12.440/2011, vigente a partir de janeiro de 2012) e a contratação em análise (celebrada em fevereiro de 2012).

Assim, aceito as justificativas trazidas e declaro a regularidade da primeira fase da contratação, bem como deixo de aplicar multa ao Ordenador da Despesa, recomendando, contudo, que se atente às modificações legislativas introduzidas a fim de evitar incorrer em situações como a aqui relatada.

#### - Quanto à formalização - Contrato Administrativo n. 02/2012

A partir da documentação apresentada, verifico que a formalização do Contrato Administrativo n. 02/2012 (f. 297-300) contém todos os requisitos contidos no art. 55 da Lei 8.666/93, sendo que constam no contrato em

análise os elementos essenciais, notadamente o objeto, o prazo de vigência, o valor pactuado pelas partes, as obrigações decorrentes da contratação, a forma de execução e pagamento, bem como a fonte de recurso.

Todavia, a despeito de ter sido observado o prazo de publicação do extrato do contrato, em conformidade com o que estabelece o art. 61, parágrafo único da Lei de Licitações, verifico que os documentos foram remetidos intempestivamente a esta Corte de Contas, em desacordo com o que determina a INTC/MS 35/2011.

#### - Quanto à execução financeira:

Quanto à execução financeira, registro que a mesma guarda consonância com a legislação que rege a matéria e verifico, ademais, que o jurisdicionado enviou a documentação pertinente à prestação de contas, sendo que da análise de tais documentos concluo que a execução se sucedeu, resumidamente, da seguinte maneira:

|                            |               |
|----------------------------|---------------|
| Valor Empenhado            | R\$ 48.078,64 |
| Despesa liquidada (NF)     | R\$ 48.078,64 |
| Pagamento efetuado (OB/OP) | R\$ 48.078,64 |

Feitas as ponderações necessárias e após análise documental, concluo que as contas apresentadas atendem às disposições da legislação pertinente e comprova a despesa realizada (o valor contratado foi empenhado, liquidado e devidamente pago).

Ressalto ainda, que o termo de encerramento foi apresentado às f. 332-333, e ocorreu pelo término da vigência do contrato, atestando a execução integral e dando plena quitação às obrigações contratadas.

#### - A intempestividade na remessa de documentos – Aplicação de multa (art. 46 da LC 160/2012)

A despeito de todos os documentos apresentados, que conduzem à conclusão pela regularidade da formalização do contrato, a equipe técnica ressaltou a intempestividade na remessa dos referidos documentos, em desconformidade com o que estabelece a INTC/MS n. 35/2011.

Isso porque os documentos somente foram encaminhados em 04/12/2013 e a data limite para a apresentação dos mesmos expirou em 27/11/2012, extrapolando o prazo de remessa em mais de 30 (trinta) dias – em desconformidade com o que estabelece a INTC/MS 35/2011.

Ainda que o Ordenador tenha apresentado como justificativa que referida remessa fora do prazo não acarretou dano ao erário, conforme se infere da manifestação de f. 360-367, a aplicação de a observância do prazo de remessa tem caráter impositivo, e não necessita de dolo ou qualquer comprovação de prejuízo para ser aplicada multa ao responsável que deixar de observar o prazo de envio de documentos. Trata-se de norma cogente, necessária para fiscalização desempenhada por esta Corte de Contas.

As multas aplicadas por remessa intempestiva de documentos a esta Corte de Contas obedecem a critérios objetivos de dosimetria, uma vez que o descumprimento do prazo estabelecido em regulamento enseja a aplicação de multa correspondente a uma UFERMS por dia de atraso, até o limite de trinta UFERMS, nos termos do que dispõe o art. 46, caput, da LC n. 160/2012.

São as razões que fundamentam a decisão.

E por tudo que foi exposto, com respaldo nas informações prestadas pela unidade de auxílio técnico e pelo Ministério Público de Contas, com fundamento no art. 59, III, c/c 61 da LC n. 160/2012 e art. 121, incisos I, II e III, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 98/2018 do TCE/MS e **DECIDO:**

I – Pela **REGULARIDADE** do processo licitatório – Convite n. 02/2012 –, considerando que observou o que dispõe a Lei 8666/93;

II – Pela **REGULARIDADE** da formalização do Contrato Administrativo n. 02/2012, considerando que possui todos os requisitos necessários e observou o contido na Lei 8666/93, *ressalvando a remessa intempestiva dos documentos pertinentes à segunda fase da contratação a esta Corte de Contas*;

III – Pela **REGULARIDADE** de sua execução financeira, considerando que atendeu ao que estabelecem a Lei Federal n. 4.320/64 e a Lei de Licitações;

IV – Pela **APLICAÇÃO DE MULTA**, ao então Presidente da Câmara Municipal de Nioaque/MS, Sr. Ronaldo de Andréa, inscrito no CPF n. 466.214.901-00, em valor correspondente a **30 (trinta) UFERMS** pela remessa intempestiva de documentos, o que faço com fundamento no art. 46 da LC 160/2012 e no art. 181 do Regimento Interno do TC/MS, e

V - Pela **CONCESSÃO DO PRAZO** de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da ciência para pagamento da multa e comprovação do seu recolhimento em favor do Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), nos termos do art. 185 do Regimento Interno c/c art. 83 da LC n. 160/2012.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 11 de novembro de 2019.

Ronaldo Chadid  
Conselheiro Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 14329/2019

PROCESSO TC/MS: TC/9423/2018

PROTOCOLO: 1925731

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO JOÃO/MS

INTERESSADA: MARCELEIDE HARTEMAM PEREIRA MARQUES (PREFEITA)

TIPO DE PROCESSO: ADMISSÃO

RELATOR: Cons. RONALDO CHADID

Trata de contratação temporária efetuada pelo *Município de Antônio João/MS*, para suprir a vaga de Agente de Combate às Endemias em favor de *Thânia Ramos Leandro*.

Conforme consta nos autos, a contratação firmada se deu com base na Lei Municipal nº 809/2006 (fls. 6-8), para atender necessidade temporária e de excepcional interesse público durante o período de 20/03/2018 a 31/12/2018, firmada através do contrato nº 368/2018 (fls. 4-5).

Após análise pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal, a equipe técnica concluiu pelo registro da contratação em face da presença dos requisitos constitucionais necessários para a formulação do ato, porém identificou intempestividade na remessa dos documentos. ANA – ICEAP – 23556/2018 (fls. 17-19).

O Ministério Público de Contas também emitiu parecer favorável ao registro do ato por meio do Parecer nº 4795/2019 (fls. 20-21).

É o relatório. Passo a decidir.

Vieram os autos conclusos para julgamento do ato de admissão de *Thânia Ramos Leandro*, CPF: 041.162.171-82, para a função de Agente de Combate às Endemias conforme contrato nº 368/2018 (fls. 4-5), fundamentado no excepcional interesse público do inciso IX da Constituição Federal, bem como na lei autorizativa municipal (fls. 4-5).

Encontram-se presentes nos autos a justificativa para a contratação/convocação (fls. 3), bem como a declaração de inexistência de candidato habilitado em concurso público, (fls. 9), sendo que estas bastam como requisitos obrigatórios para viabilizar este tipo de contratação, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal.

Ressalto ainda, que a Lei Municipal nº 809/2006, principal fundamento para a contratação, traz em seu artigo 2º todas as eventualidades que ensejam a contratação por tempo determinado, e no caso em tela, o enquadramento está expresso no inciso II da referida Lei.

No que tange à remessa de documentos relacionados à contratação para esta Corte verifico, com base na análise da equipe técnica, que a mesma ocorreu com atraso, em desacordo com a orientação da Instrução Normativa TC/MS nº 54/2016, item 1.3.2 A do Anexo V, o que acarreta a aplicação de multa.

As multas aplicadas por remessa intempestiva de documentos à fiscalização deste Tribunal obedecem a critérios objetivos de dosimetria, uma vez que o

descumprimento do prazo estabelecido em regulamento expedido por esta Corte de Contas enseja a aplicação de multa de 30 (trinta) UFERMS à Autoridade Ordenadora de Despesas, na razão de uma UFERMS para cada dia de atraso, até o limite de 30 (trinta), nos termos do que dispõe o art. 46, caput, da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012 c/c a disposição do parágrafo 1º da Resolução TCE/MS 98/2018.

Diante dos fatos apontados acima, considerando as informações da equipe técnica e em comunhão com o parecer do Ministério Público de Contas, DECIDO:

I - Pelo **REGISTRO** do contrato temporário com prazo determinado nº368/2018 celebrado entre o *Município de Antônio João/MS* e *Thânia Ramos Leandro*, portadora do CPF 041.162.171/82, para o desempenho da função de Agente de Combate às Endemias, com fundamento na Lei Municipal nº 809/2006 e com previsão no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal.

II – **Aplicar MULTA** a Sra. *Marceleide Hartemam Pereira Marques*, Prefeita atual do Município de Antônio João/MS, no valor correspondente a **30 (trinta) UFERMS** em razão da remessa intempestiva dos documentos, em desacordo com a determinação contida no item 1.3.2 A, Anexo V da Resolução Normativa TC/MS nº 54/2016 c/c o artigo 46 da Lei Complementar nº 160/2012.

III - Pela **CONCESSÃO DO PRAZO** de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da data do recebimento da correspondência de ciência para pagamento e comprovação da quitação da multa em favor do Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), nos termos do artigo 185, incisos I e II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução TC/MS nº 98/18.

Intime-se.

Publique-se.

Campo Grande/MS, 14 de novembro de 2019.

Ronaldo Chadid  
Conselheiro Relator

**Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo**

**Decisão Singular**

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 14271/2019

PROCESSO TC/MS: TC/11008/2019

PROTOCOLO: 1999998

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS/MS

JURISDICIONADO: IVAN DA CRUZ PEREIRA

CARGO: PREFEITO MUNICIPAL

ASSUNTO: ADMISSÃO – CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

INTERESSADA: ALESSANDRA DIAS AGOSTINHO PEREIRA

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO. REMESSA INTEMPESTIVA DE DOCUMENTOS. RECOMENDAÇÃO.**

#### DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de admissão de pessoal, por meio da contratação temporária de Alessandra Dias Agostinho Pereira, para exercer o cargo de professor, no Município de Paraíso das Águas/MS, no período de 3.2.2014 a 19.12.2014, sob a responsabilidade do Sr. Ivan da Cruz Pereira, prefeito municipal.

A Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária (DFAPGP) por meio da Análise ANA - DFAPGP – 8632/2019 (peça n. 6), manifestou-se pelo registro do presente ato de admissão.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 3ª PRC - 19350/2019 (peça n. 7), opinando pelo registro do ato de admissão, e aplicação de multa ao responsável pela intempestividade da remessa.

#### DA DECISÃO

A documentação relativa a presente admissão apresentou-se completa, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção I, item 1.5, letra A, da Instrução Normativa TC/MS n. 38, de 28 de novembro de 2012, vigente à época. Porém, sua remessa se deu intempestivamente.

A contratação temporária para professor foi legal e regularmente formalizada por meio do Contrato n. 27/2014 (peça n. 3), com fulcro na Lei Municipal n. 15/2013 (peça n. 4), e por excepcional interesse público, nos moldes do art. 37, IX, da Constituição Federal/88.

Embora a remessa dos documentos relativos à contratação em exame tenha ocorrido de forma intempestiva, adoto a recomendação ao jurisdicionado para a observância rigorosa dos prazos de remessa a este Tribunal, como medida suficiente ao caso concreto.

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que o ato de admissão atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da DFAPGP e, parcialmente, o parecer ministerial, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

1. pelo **registro** do ato de admissão de pessoal, por meio da contratação temporária de Alessandra Dias Agostinho Pereira, para exercer o cargo de professor, no Município de Paraíso das Águas/MS, no período de 3.2.2014 a 19.12.2014, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e o art. 186, III, ambos do RITC/MS;
2. pela **recomendação** ao responsável pelo órgão para que observe, com maior rigor, os prazos para a remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas;
3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2019.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 14275/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/11046/2019

**PROTOCOLO:** 2000144

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS/MS

**JURISDICIONADO:** IVAN DA CRUZ PEREIRA

**CARGO:** PREFEITO MUNICIPAL

**ASSUNTO:** ADMISSÃO – CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

**INTERESSADA:** VANIA NERIS TEIXEIRA ANGELOTTI

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO. REMESSA INTEMPESTIVA DE DOCUMENTOS. RECOMENDAÇÃO.**

#### DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de admissão de pessoal, por meio da contratação temporária de Vania Neris Teixeira Angelotti, para exercer o cargo de professor, no Município de Paraíso das Águas/MS, no período de 3.2.2014 a 19.12.2014, sob a responsabilidade do Sr. Ivan da Cruz Pereira, prefeito municipal.

A Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária (DFAPGP) por meio da Análise ANA - DFAPGP – 8682/2019 (peça n. 6), manifestou-se pelo registro do presente ato de admissão.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 3ª PRC - 19365/2019 (peça n. 7), opinando pelo registro do ato de admissão, e pela aplicação de multa ao responsável devido à intempestividade da remessa.

#### DA DECISÃO

A documentação relativa a presente admissão apresentou-se completa, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção I, item 1.5, letra A, da Instrução Normativa TC/MS n. 38, de 28 de novembro de 2012, vigente à época. Porém, sua remessa se deu intempestivamente.

A contratação temporária para professor foi legal e regularmente formalizada por meio do Contrato n. 33/2014 (peça n. 3), com fulcro na Lei Municipal n. 15/2013 (peça n. 4), e por excepcional interesse público, nos moldes do art. 37, IX, da Constituição Federal/88.

Embora a remessa dos documentos relativos à contratação em exame tenha ocorrido de forma intempestiva, adoto a recomendação ao jurisdicionado para a observância rigorosa dos prazos de remessa a este Tribunal, como medida suficiente ao caso concreto.

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que o ato de admissão atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da DFAPGP e, parcialmente, o parecer ministerial, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

1. pelo **registro** do ato de admissão de pessoal, por meio da contratação temporária de Vania Neris Teixeira Angelotti, para exercer o cargo de professor, no Município de Paraíso das Águas/MS, no período de 3.2.2014 a 19.12.2014, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e o art. 186, III, ambos do RITC/MS;
2. pela **recomendação** ao responsável pelo órgão para que observe, com maior rigor, os prazos para a remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas;
3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2019.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 14371/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/13714/2016

**PROTOCOLO:** 1712312

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA/MS

**RESPONSÁVEL:** DOUGLAS ROSA GOMES

**CARGO DO RESPONSÁVEL:** PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 2/2016

**CONTRATADA:** SRA. IZABEL CRISTINA DE SOUZA MONTEIRO

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:** PREGÃO PRESENCIAL N. 47/2015

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA A CONFECCÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**VALOR INICIAL:** R\$ 120.000,00

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO E TEOR. ATOS REGULARES. EXECUÇÃO FINANCEIRA. ATOS REGULARES COM RESSALVA. AUSÊNCIA DAS CERTIDÕES FISCAIS. RECOMENDAÇÃO. REMESSA INTEMPESTIVA DOS DOCUMENTOS. MULTA.**

## DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 47/2015 (1ª fase), da formalização e do teor (2ª fase) e da execução financeira do Contrato Administrativo n. 2/2016 (3ª fase), celebrado entre o Município de Bela Vista/MS e a Sra. Izabel Cristina de Souza Monteiro, constando como ordenador de despesas o Sr. Douglas Rosa Gomes, prefeito municipal à época.

O objeto do contrato é a prestação de serviços laboratoriais para a confecção de próteses dentárias, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no valor global de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

A 4ª Inspeção de Controle Externo (4ª ICE) por meio da Análise ANA n. 57051/2017, entendeu pela regularidade do procedimento licitatório e da formalização contratual e pela irregularidade da execução financeira, em razão da ausência dos documentos fiscais.

A esse respeito, os responsáveis pelo órgão foram devidamente intimados por meio dos Termos de Intimações INT – G. ODJ n. 25332/2018 e n. 25333/2018, para apresentar as justificativas e os documentos obrigatórios faltantes da execução financeira naquele momento.

A Divisão de Fiscalização de Saúde (DFS) por meio da Análise ANA n. 30438/2019, entendeu pela irregularidade da execução financeira do contrato, em razão da ausência das certidões fiscais e observou, ainda, a remessa intempestiva dos documentos obrigatórios.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR – 2ª PRC n. 19382/2019, opinando pela regularidade do procedimento licitatório e da formalização contratual e, pela irregularidade da execução financeira, sugerindo, ainda, a aplicação de multa ao responsável, em razão da ausência da comprovação da manutenção das condições de habilitação da contratada durante o período da execução financeira e da remessa intempestiva dos documentos fiscais.

## DA DECISÃO

Registre-se que fora juntada aos autos toda a documentação obrigatória acerca do procedimento licitatório: 1ª fase, com fulcro no Anexo I, Capítulo III, Seção I, Item 1.1.1., letra “B”, da Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, vigente à época, c/c o art. 121, I, do Regimento Interno desta Corte de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018.

O instrumento contratual foi celebrado em observância às exigências do art. 55 e do art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

A equipe técnica e o douto MPC apontaram as seguintes impropriedades:

- a remessa obrigatória acerca da execução financeira foi efetuada intempestivamente para esta Corte de Contas, infringindo aos comandos da Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, vigente à época;
- ausência da documentação obrigatória para comprovar a manutenção das condições de habilitação da empresa contratada durante a vigência e a execução financeira contratual (certidões de regularidade fiscal junto ao FGTS e ao INSS, como também da regularidade fiscal e trabalhista), em desrespeito ao art. 55, XIII, da Lei n. 8.666/93;

Em que pesem as impropriedades elencadas pela equipe técnica e o douto MPC, estas não maculam a prestação de contas do contrato em análise, logo, deixo de aplicar a sanção de multa e **recomendo** ao responsável pelo órgão para que apresente as certidões de regularidade fiscal junto ao FGTS e ao INSS, como também da regularidade fiscal e trabalhista da empresa contratada para cada pagamento efetuado, bem como dos eventuais aditamentos das futuras contratações, atendendo aos comandos da Resolução TC/MS n. 88/2018 (Manual de Peças Obrigatórias).

A execução financeira do contrato em análise atendeu aos ditames da Lei n. 4.320/64 e restou assim demonstrada:

- Valor Inicial da Contratação: R\$ 120.000,00;
- Total Empenhado: R\$ 48.600,00;
- Notas Fiscais: R\$ 48.600,00;
- Comprovantes de Pagamento: R\$ 48.600,00.

Como se denota dos autos, os estágios das despesas durante a execução financeira do contrato se equivalem, considerando os valores das notas de empenho, ordens de pagamentos e notas fiscais da planilha de prestação de contas.

A remessa obrigatória foi efetuada intempestivamente para esta Corte de Contas, infringindo o prazo estabelecido pela Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, vigente à época.

Assim, acolho, parcialmente, o entendimento da equipe técnica e o parecer ministerial, e **DECIDO**:

1. pela **regularidade** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 47/2015 (1ª fase), realizado entre o Município de Bela Vista/MS e a Sra. Izabel Cristina de Souza Monteiro, constando como ordenador de despesas o Sr. Douglas Rosa Gomes, prefeito municipal à época, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 121, I, “a”, do RITC/MS;
2. pela **regularidade** da formalização e do teor do Contrato Administrativo n. 2/2016 (2ª fase), com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 121, II, do RITC/MS;
3. pela **regularidade, com ressalva**, da execução financeira do Contrato Administrativo n. 2/2016 (3ª fase), consoante dispõe o art. 59, II, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 121, III, do RITC/MS;
4. pela aplicação de **multa** ao responsável, Sr. Douglas Rosa Gomes, prefeito municipal à época, inscrito no CPF sob o n. 366.259.901/59, na quantia de **10 (dez) UFERMS**, com fulcro no art. 21, X, art. 42, IX, art. 44, I e art. 46, todos da LCE n. 160/2012, c/c o art. 185, I, “b”, do RITC/MS, em razão da remessa intempestiva dos documentos obrigatórios da execução financeira do Contrato Administrativo n. 2/2016 para a apreciação desta Corte de Contas, infringindo o prazo estabelecido pela Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, vigente à época;
5. pela **concessão** do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis (art. 54 da LCE n. 160/2012) para o recolhimento da multa imposta no **item 4** junto ao FUNTC, comprovando nos autos, conforme o estabelecido no art. 83 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 185, § 1º, I e II, do RITC/MS, sob pena de cobrança executiva, nos moldes do art. 77, § 4º, da Constituição Estadual;
6. pela **recomendação** ao responsável para que apresente as certidões de regularidade fiscal junto ao FGTS e ao INSS, como também da regularidade fiscal e trabalhista da empresa contratada para cada pagamento efetuado, bem como dos eventuais aditamentos das futuras contratações, atendendo aos comandos da Resolução TC/MS n. 88/2018 (Manual de Peças Obrigatórias);
7. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de novembro de 2019.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

## DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 14367/2019

**PROCESSO TC/MS:** TC/23177/2016

**PROTOCOLO:** 1747263

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU/MS

**RESPONSÁVEL:** MAURILIO FERREIRA AZAMBUJA

**CARGO DO RESPONSÁVEL:** PREFEITO MUNICIPAL

**ASSUNTO:** CONCURSADO

**INTERESSADO:** EMERSON PRADO COLMAN

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**ATO DE ADMISSÃO. CONCURSADO. REGISTRO. INTEMPESTIVIDADE NA REMESSA DE DOCUMENTOS. RECOMENDAÇÃO.**

## DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação, da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, de 2 de janeiro de 2012, do ato de nomeação do servidor Emerson Prado Colman, para o cargo de assistente de CIEI, por meio de concurso realizado pela Prefeitura Municipal de Maracaju/MS, constando como responsável o Sr. Maurilio Ferreira Azambuja, prefeito municipal.

A Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária (DFAPGP) por meio da Análise ANA – DFAPGP - 6867/2019 (peça 9), manifestou-se pelo registro do ato de admissão, ressaltando a intempestividade na remessa dos dados eletrônicos a este Tribunal.

O Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC - 19385/2019 (peça 10), opinando favoravelmente ao registro do ato de admissão em apreço e pela aplicação de multa devido à intempestividade da remessa.

#### DA DECISÃO

A documentação relativa à admissão em exame apresentou-se completa, conforme definido na Instrução Normativa n. 35/2011, alterada pela Instrução Normativa TC/MS n. 38/2012, vigentes à época. Porém, sua remessa a este Tribunal se deu intempestivamente.

A presente admissão foi realizada nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, sendo o concurso devidamente homologado pelo Edital n. 34, publicado no Diário Oficial do Município de Maracaju em 2 de abril de 2014.

O servidor foi nomeado por meio da Portaria n. 413, publicada no Diário Oficial do Município de Maracaju/MS, em 27 de maio de 2014, dentro do prazo de validade do concurso público, tendo tomado posse em 2 de junho de 2014.

Embora a remessa dos documentos relativos à admissão em exame tenha ocorrido de forma intempestiva, a legalidade dos atos praticados permite a adoção da recomendação ao jurisdicionado para a observância rigorosa dos prazos de remessa a este Tribunal, como medida suficiente ao caso concreto.

Analizadas as peças que instruem os autos, concluo que o ato de admissão atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da DFAPGP e, parcialmente, o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, "a", art. 11, I e o art. 186, III, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

1. pelo **registro** do ato de nomeação do servidor Emerson Prado Colman, para o cargo assistente de CIEI, por meio de concurso realizado pela Prefeitura Municipal de Maracaju/MS, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 21, III, e do art. 34, I, ambos da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012;
2. pela **recomendação** ao responsável para que observe, com maior rigor, os prazos para a remessa obrigatória de documentos a esta Corte de Contas;
3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de novembro de 2019.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 14370/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/24400/2016

**PROTOCOLO:** 1750340

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU/MS

**RESPONSÁVEL:** MAURILIO FERREIRA AZAMBUJA

**CARGO DO RESPONSÁVEL:** PREFEITO MUNICIPAL

**ASSUNTO:** CONCURSADO

**INTERESSADA:** ANDREIA APARECIDA JARA BRIZOLA LAROSA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**ATO DE ADMISSÃO. CONCURSADO. REGISTRO. INTEMPESTIVIDADE NA REMESSA DE DOCUMENTOS. RECOMENDAÇÃO.**

#### DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação, da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, de 2 de janeiro de 2012, do ato de nomeação da servidora Andreia Aparecida Jara Brizola Larosa, para o cargo de assistente de CIEI, por meio do concurso realizado pela Prefeitura Municipal de Maracaju/MS constando como responsável o Sr. Maurilio Ferreira Azambuja, prefeito municipal.

A Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária (DFAPGP) por meio da Análise ANA – DFAPGP - 6871/2019 (peça 9), manifestou-se pelo registro do ato de admissão, ressaltando a intempestividade na remessa dos dados eletrônicos a este Tribunal.

O Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC - 19457/2019 (peça 10), opinando favoravelmente pelo registro do ato de admissão em apreço e pela aplicação de multa devido à intempestividade da remessa.

#### DA DECISÃO

A documentação relativa à admissão em exame apresentou-se completa, conforme definido na Instrução Normativa n. 35/2011, alterada pela Instrução Normativa TC/MS n. 38/2012, vigentes à época. Porém, sua remessa a este Tribunal se deu intempestivamente.

A presente admissão foi realizada nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, sendo o concurso devidamente homologado pelo Edital n. 34, publicado no Diário Oficial do Município de Maracaju, em 2 de abril de 2014.

O servidor foi nomeado por meio da Portaria n. 544, publicada no Diário Oficial do Município de Maracaju/MS, em 21 de julho de 2014, dentro do prazo de validade do concurso público, tendo tomado posse em 22 de julho de 2014.

Embora a remessa dos documentos relativos à admissão em exame tenha ocorrido de forma intempestiva, a legalidade dos atos praticados permite a adoção da recomendação ao jurisdicionado para a observância rigorosa dos prazos de remessa a este Tribunal, como medida suficiente ao caso concreto.

Analizadas as peças que instruem os autos, concluo que o ato de admissão atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da DFAPGP e, parcialmente, o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, "a", art. 11, I e o art. 186, III, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018,

#### DECIDO:

1. pelo **registro** do ato de nomeação da servidora Andreia Aparecida Jara Brizola Larosa, para o cargo assistente de CIEI, por meio de concurso realizado pela Prefeitura Municipal de Maracaju/MS, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 21, III, e do art. 34, I, ambos da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012;
2. pela **recomendação** ao responsável para que observe, com maior rigor, os prazos para a remessa obrigatória de documentos a esta Corte de Contas;
3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de novembro de 2019.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 14194/2019

PROCESSO TC/MS: TC/25742/2016

PROTOCOLO: 1751584

ÓRGÃO: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL – AGEPREV

RESPONSÁVEL: JORGE OLIVEIRA MARTINS

CARGO DO RESPONSÁVEL: DIRETOR-PRESIDENTE

ASSUNTO DO PROCESSO : CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

INTERESSADO: ELÁDIO DIAS ORTIZ

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.

DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão de aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, de Eládio Dias Ortiz, ocupante do cargo de agente penitenciário estadual, Matrícula n. 66827022, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, constando como responsável o Sr. Jorge Oliveira Martins, diretor-presidente da Ageprev.

A Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária (DFAPGP) por meio da Análise ANA-DFAPGP-8281/2019 (peça n. 20), manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria por invalidez.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC - 19175/2019 (peça n. 21), opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço.

DA DECISÃO

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa e foi enviada tempestivamente a esta Corte de Contas, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção II, da Instrução Normativa TC/MS n. 38, de 28.11.12, vigente à época.

A aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, ora apreciada, foi concedida por meio do Decreto “P” n. 4.620, de 14 de outubro de 2016, publicado no Diário Oficial (DOE) n. 9.274, de 25.10.2016 (peça n. 9), retificado pelo Decreto “P” n. 1061, de 24 de junho de 2019, e publicado no Diário Oficial (DOE) n. 9.933, de 2.6.2019 (peça n. 18), com fundamento no art. 35 da Lei Estadual n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

Analizadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da DFAPGP e o parecer ministerial, e com fulcro nos arts. 4º, III, “a”, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018,

DECIDO:

1. pelo **registro** da concessão de aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, de Eládio Dias Ortiz, ocupante do cargo de agente penitenciário estadual, Matrícula n. 66827022, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, II, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e o art. 186, III, ambos do RITC/MS;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 12 de novembro de 2019.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
Relator

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 14401/2019

PROCESSO TC/MS: TC/40/2018

PROTOCOLO: 1877948

ÓRGÃO: PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CASSILÂNDIA/MS

RESPONSÁVEL: EBERTON COSTA DE OLIVEIRA

CARGO DO RESPONSÁVEL: DIRETOR-PRESIDENTE

ASSUNTO DO PROCESSO: CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

INTERESSADA: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA QUEIROZ

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS PROPORCIONAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO. REMESSA INTEMPESTIVA DE DOCUMENTOS. RECOMENDAÇÃO.

DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão de aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais, de Maria Aparecida de Oliveira Queiroz, ocupante do cargo de auxiliar de serviços diversos, matrícula n. 560, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cassilândia/MS, constando como responsável o Sr. Eberton Costa de Oliveira, diretor-presidente.

A Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária (DFAPGP), por meio da Análise ANA - DFAPGP - 9597/2019 (peça 37), manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria, destacando a intempestividade na remessa de documentos.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 4ª PRC - 19510/2019 (peça 38), opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço.

DA DECISÃO

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa, conforme definido no Anexo V, Item 2, da Resolução TCE/MS n. 54, de 14 de dezembro de 2016, vigente à época. Porém, foi encaminhada intempestivamente.

A aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais, ora apreciada, foi concedida por meio da Portaria n. 2301, de 31 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial do Município de Cassilândia/MS n. 815, de 2 de agosto de 2017, com fundamento no art. 56 da Lei Complementar Municipal n. 107/2017, c/c o inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.

Embora a remessa dos documentos relativos à concessão de aposentadoria em exame tenha ocorrido de forma intempestiva, adoto a recomendação ao jurisdicionado para a observância rigorosa dos prazos de remessa a este Tribunal, como medida suficiente ao caso concreto.

Analizadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária por idade atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da DFAPGP e o parecer ministerial, e com fulcro no art. art. 4º, III, “a”, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da concessão de aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais, de Maria Aparecida de Oliveira Queiroz, ocupante do cargo de auxiliar de serviços diversos, matrícula n. 560, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cassilândia/MS, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, II, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e o art. 186, III, ambos do RITC/MS;

2. pela **recomendação** aos responsáveis pelo órgão para que observem, com maior rigor, os prazos para a remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas;

3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de novembro de 2019.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**Conselheiro Jerson Domingos**

**Decisão Singular**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 14378/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/10990/2019

**PROTOCOLO:** 1999954

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS

**JURISDICIONADO E/OU:** IVAN DA CRUZ PEREIRA

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

**INTERESSADO (A):** ALESSANDRA DIAS AGOSTINHO PEREIRA

Examina-se neste processo o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado celebrado entre a servidora Alessandra Dias Agostinho Pereira e o Município de Paraíso das Águas, para exercer a função de professora, com prazo de vigência entre 03/02/2014 a 19/12/2014.

A equipe técnica sugeriu por meio da Análise ANA-DFAPGP - 8616/2019 que a contratação encontra-se regular e apta a receber o registro.

Seguindo os trâmites regimentais, o Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR- 3ª PRC - 19349/2019, em que concluiu pelo registro da contratação.

É o relatório.

Examinando os autos, verifico que a convocação encontra-se em conformidade com a Lei Municipal 15/2013, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e com o artigo 37, IX, da Constituição Federal.

Ficou comprovado, com a documentação juntada nos autos que a contratação atendeu os três requisitos necessários para a utilização da exceção à exigência do concurso público, quais sejam: a temporariedade da contratação, o excepcional interesse público, que no caso dos autos é a continuidade dos serviços educacionais, e a hipótese prevista em lei.

Ademais, a já consolidada Súmula 52 deste Tribunal prevê a legalidade das contratações temporárias indispensáveis nos setores de saúde, educação e segurança:

*“São legítimas e indispensáveis as contratações temporárias para atendimento a situações que, apesar de não bem definidas ou estabelecidas em lei específica, coloquem em risco os setores de saúde, educação e segurança, dada a relevância das respectivas funções para a comunidade, e face à obrigação do poder público de assegurar ao cidadão aqueles direitos.”*

Mediante o exposto, e de acordo com o entendimento do DFAPGP e do Ministério Público de Contas, decido:

**I. REGISTRAR** o Ato de Admissão – Contratação Temporária da servidora Alessandra Dias Agostinho Pereira - CPF 023.611.611-84, com fundamento no art. 34, I, Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012 c/c o art. 11, I, do Regimento Interno TCE/MS;

**II. COMUNICAR** o resultado aos interessados, conforme as disposições do art. 50, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012, e art. 94 do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de novembro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 14383/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/11084/2019

**PROTOCOLO:** 2000259

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS

**JURISDICIONADO E/OU:** IVAN DA CRUZ PEREIRA

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

**INTERESSADO (A):** BIANCA SOUZA MARTINS

Examina-se neste processo o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado celebrado entre a servidora Bianca Souza Martins e o Município de Paraíso das Águas, para exercer a função de professora, com prazo de vigência entre 03/02/2014 a 19/12/2014.

A equipe técnica sugeriu por meio da Análise ANA-DFAPGP - 8725/2019 que a contratação encontra-se regular e apta a receber o registro.

Seguindo os trâmites regimentais, o Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR- 3ª PRC - 19402/2019, em que concluiu pelo registro da contratação.

É o relatório.

Examinando os autos, verifico que a convocação encontra-se em conformidade com a Lei Municipal 15/2013, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e com o artigo 37, IX, da Constituição Federal.

Ficou comprovado, com a documentação juntada nos autos que a contratação atendeu os três requisitos necessários para a utilização da exceção à exigência do concurso público, quais sejam: a temporariedade da contratação, o excepcional interesse público, que no caso dos autos é a continuidade dos serviços educacionais, e a hipótese prevista em lei.

Ademais, a já consolidada Súmula 52 deste Tribunal prevê a legalidade das contratações temporárias indispensáveis nos setores de saúde, educação e segurança:

*“São legítimas e indispensáveis as contratações temporárias para atendimento a situações que, apesar de não bem definidas ou estabelecidas em lei específica, coloquem em risco os setores de saúde, educação e segurança, dada a relevância das respectivas funções para a comunidade, e face à obrigação do poder público de assegurar ao cidadão aqueles direitos.”*

Mediante o exposto, e de acordo com o entendimento do DFAPGP e do Ministério Público de Contas, decido:

**I. REGISTRAR** o Ato de Admissão – Contratação Temporária da servidora Bianca Souza Martins - CPF 018.629.091-80, com fundamento no art. 34, I, Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012 c/c o art. 11, I, do Regimento Interno TCE/MS;

**II. COMUNICAR** o resultado aos interessados, conforme as disposições do art. 50, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012, e art. 94 do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de novembro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 14386/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/11090/2019

**PROTOCOLO:** 2000275

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS

**JURISDICIONADO E/OU:** IVAN DA CRUZ PEREIRA

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

**INTERESSADO (A):** MARIA APARECIDA DOS SANTOS

Examina-se neste processo o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado celebrado entre a servidora Maria Aparecida dos Santos e o Município de

Paraíso das Águas, para exercer a função de inspetora de alunos, com prazo de vigência entre 05/02/2014 a 19/12/2014.

A equipe técnica sugeriu por meio da Análise ANA-DFAPGP - 8729/2019 que a contratação encontra-se regular e apta a receber o registro.

Seguindo os trâmites regimentais, o Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR- 3ª PRC – 19405/2019, em que concluiu pelo registro da contratação.

É o relatório.

Examinando os autos, verifico que a convocação encontra-se em conformidade com a Lei Municipal 15/2013, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e com o artigo 37, IX, da Constituição Federal.

Ficou comprovado, com a documentação juntada nos autos que a contratação atendeu os três requisitos necessários para a utilização da exceção à exigência do concurso público, quais sejam: a temporariedade da contratação, o excepcional interesse público, que no caso dos autos é a continuidade dos serviços educacionais, e a hipótese prevista em lei.

Ademais, a já consolidada Súmula 52 deste Tribunal prevê a legalidade das contratações temporárias indispensáveis nos setores de saúde, educação e segurança:

*“São legítimas e indispensáveis as contratações temporárias para atendimento a situações que, apesar de não bem definidas ou estabelecidas em lei específica, coloquem em risco os setores de saúde, educação e segurança, dada a relevância das respectivas funções para a comunidade, e face à obrigação do poder público de assegurar ao cidadão aqueles direitos.”*

Mediante o exposto, e de acordo com o entendimento do DFAPGP e do Ministério Público de Contas, decido:

- I. **REGISTRAR** o Ato de Admissão – Contratação Temporária da servidora Maria Aparecida dos Santos - CPF 892.572.351-49, com fundamento no art. 34, I, Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012 c/c o art. 11, I, do Regimento Interno TCE/MS;
- II. **COMUNICAR** o resultado aos interessados, conforme as disposições do art. 50, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012, e art. 94 do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de novembro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 14393/2019

**PROCESSO TC/MS:** TC/15894/2016

**PROTOCOLO:** 1715182

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS

**ORDENADOR DE DESPESAS:** IVAN DA CRUZ PEREIRA

**CARGO DO ORDENADOR** : PREFEITO MUNICIPAL

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 551/2016

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:** PREGÃO PRESENCIAL N.º 36/2016

**OBJETO CONTRATADO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E DE CONSUMO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DAS ÁGUAS / MS

**CONTRATADA:** LUCILENE BARBOSA NUNES ASSIS - ME

**VALOR CONTRATADO (R\$):** 101.137,67

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

O presente processo trata-se da análise da formalização dos aditamentos (1º ao 3º Termos Aditivos) e da execução financeira do instrumento contratual (Contrato n.º 551/2016), celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS** e a empresa **LUCILENE BARBOSA NUNES ASSIS - ME**, tendo como objeto a aquisição de material de limpeza, higiene e de consumo para atender às necessidades das Secretarias Municipais do Município de Paraíso das Águas / MS.

A equipe técnica da 3ª Inspeção de Controle Externo, em sua análise – ANA – 3ICE – 20187/2018 (peça n.º 39) opinou pela **regularidade** da formalização dos aditamentos (1º ao 3º Termos Aditivos) e da execução financeira (3ª fase), em razão da observância aos preceitos legais e normas regimentais, ressaltando-se quanto à intempestividade na remessa dos documentos a esta Corte de Contas, pertinentes à execução financeira, por parte do Sr. Ivan da Cruz Pereira, titular do órgão.

Por conseguinte, o Ministério Público de Contas em seu Parecer - PAR – 2ªPRC – 19394/2019 (peça n.º 40) opinou pela **legalidade e regularidade** da formalização dos aditamentos (1º ao 3º Termos Aditivos) e da Execução Financeira do objeto contratado, além da imposição de multa ao responsável desidioso, quanto à intempestividade na remessa dos documentos para análise desta Corte de Contas.

#### RAZÕES DA DECISÃO

Vieram os autos para a análise dos aditamentos (1º ao 3º Termos Aditivos) e da Execução Financeira do instrumento contratual em tela, nos termos do art. 121, III e §4º do Regimento Interno aprovado pela RTCE/MS n.º 098/2018.

O procedimento licitatório (Pregão Presencial n.º 36/2016) e a formalização do instrumento contratual (Contrato n.º 551/2016), já foram julgados por esta Corte de Contas através da Decisão Singular DSG – G.JD – 12956/2017 (peça n.º 34), cujo resultado foi pela sua **regularidade**.

Constatou-se que os aditamentos (1º ao 3º Termos Aditivos) se encontram devidamente instruídos com os documentos exigidos pela letra da lei aplicável, a exemplo da justificativa, parecer jurídico e autorização para os aditamentos, bem como, suas formalizações ocorreram dentro do prazo da vigência anterior.

No encerramento da vigência, os atos de execução do objeto resultaram na seguinte totalização:

|                      |               |
|----------------------|---------------|
| Empenhos Válidos     | R\$ 46.768,44 |
| Comprovantes Fiscais | R\$ 46.768,44 |
| Pagamentos           | R\$ 46.768,44 |

Assim, verifica-se que a execução foi devidamente empenhada, liquidada e paga.

Ante o exposto, **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE** da formalização dos aditamentos (1º ao 3º Termos Aditivos) ao Contrato n.º 551/2016, nos termos do art. 59, I, da LC n.º 160/2012 c/c o art. 121, §4º, do Regimento Interno;

II – Pela **REGULARIDADE** da execução financeira do instrumento contratual em tela, nos termos do art. 59, I, da LC n.º 160/2012 c/c o art. 121, III, do Regimento Interno;

III – Pela **RECOMENDAÇÃO** ao atual responsável pelo órgão, Sr. Ivan da Cruz Pereira, para que observe com maior rigor os prazos para a remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas;

IV – Pela **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o art. 50, I, da LC n.º 160/2012 c/c o art. 94 do Regimento Interno.

É como decido.

Campo Grande/MS, 18 de novembro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### ATOS PROCESSUAIS

**Conselheiro Iran Coelho das Neves**

**Despacho**

**DESPACHO DSP - GAB.PRES. - 14904/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/21154/2005

PROTOCOLO: 832626

ÓRGÃO: FUNDO DE INVESTIMENTOS CULTURAIS DO ESTADO DE MS  
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A): OSVALDO ABRAO DE SOUZA

TIPO DE PROCESSO: CONVÊNIO

RELATOR (A): JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

Vistos etc.

Consta do Processo TC/21154/2005 a aplicação de multa de 100 (cem) UFRMS ao Senhor Silvio Aparecido di Nucci, a qual não foi paga. No entanto, foi informado a este Tribunal que o referido ordenador de despesas faleceu em 06 de julho de 2016, fato comunicado a esta Presidência e devidamente comprovado pela juntada da Certidão de Óbito.

Sabe-se que a morte daquele a quem a multa é aplicada faz decair a pretensão punitiva, tornando o débito inexigível e, portanto, extinto, já que tal penalidade é personalíssima e intransferível, não se transferindo a sucessores, à vista do princípio constitucional da intransmissibilidade da pena (art. 5º, XLV, CF)..

PELO EXPOSTO, DECRETO a extinção da multa aplicada ao ordenador de despesas falecido, Sr. Silvio Aparecido di Nucci, no processo TC/21154/2005.

Entretanto, na decisão onde se extingue a multa aplicada, existem valores impugnados no montante de R\$2.142,52 (dois mil, cento e quarenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), estes, impossíveis de extinção e pelo qual respondem os herdeiros e ou sucessores do falecido.

Encaminhem-se os autos à Diretoria Geral para tramitações e adoção de todas as providências necessárias à baixa da multa e continuação válida e regular, quanto aos valores impugnados, do processo: TC/21154/2005 e dos eventuais recursos a ele vinculados, inclusive, se for o caso, comunicação à PGE.

Campo Grande/MS, 06 de maio de 2019.

IRAN COELHO DAS NEVES  
GABINETE DA PRESIDENCIA

Conselheiro Ronaldo Chadid

Despacho

DESPACHO DSP - G.RC - 42069/2019

PROCESSO TC/MS: TC/17768/2017

PROTOCOLO: 1839363

ÓRGÃO JURISDICIONADO: FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO CAMAPUÃ

INTERESSADA: GRACIELA DA SILVA UMEZU

TIPO DE PROCESSO: APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

RELATOR: CONS. RONALDO CHADID

Vistos, etc.

O presente processo foi autuado com vistas a apurar a responsabilidade da Senhora **Graciela da Silva Umezu**, então Secretária Municipal de Educação de Camapuã, em virtude da remessa fora do prazo a este Tribunal das Contas Anuais de Gestão do **Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério de Camapuã**, exercício de 2016, ao Sistema e-Contas, consoante a Comunicação Interna n. 126/2017, constante da peça de nº 1 destes autos, da Diretoria Geral desta Corte de Contas.

Restou demonstrado que no curso da tramitação processual, o mencionado Gestor encaminhou os mencionados Relatórios, razão da autuação do processo **TC/MS n. 07544/2017**, que inclusive já foi objeto de julgamento, consoante observou o Ministério Público de Contas no parecer da peça digital n. 3, razão de ter se pronunciado pela extinção e arquivamento do processo.

Observe que não só a remessa dos documentos, como o julgamento daqueles autos, encerra a motivação deste processo e assim, tenho por encerrada a

tramitação, e **DETERMINO** seu **ARQUIVAMENTO**, nos termos do art. 4º, inc. I, alínea "f", item 1, do Regimento Interno desta Corte de Contas, aprovado pela Resolução n. 98/2018.

Campo Grande/MS, 18 de novembro de 2019.

Ronaldo Chadid  
Conselheiro Relator

DESPACHO DSP - G.RC - 41333/2019

PROCESSO TC/MS: TC/21506/2012

PROTOCOLO: 1377674

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO

JURISDICIONADO: ELEDIR BARCELOS DE SOUZA

TIPO DE PROCESSO: CONCURSOS

RELATOR: CONS. RONALDO CHADID

Conforme informações procedentes do **Despacho nº 33137/2019 (fls. 96)**, os presentes autos tratam de Concurso Público iniciado antes da vigência do antigo Regimento Interno desta Corte, aprovado pela Resolução Normativa nº 76/2013, quando o envio da documentação acostada nestes autos era realizado com a finalidade de compor o banco de dados do SICAP.

Ante a manifestação da equipe técnica, o Ministério Público de Contas, por meio do **Parecer nº 19203/2019 (fls. 97)**, corroborou o entendimento da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária, pelo arquivamento do presente feito.

Ante o exposto, acompanhando o entendimento da 3ª Procuradoria de Contas, **DETERMINO** o **ARQUIVAMENTO** deste processo, nos termos do artigo 3º, § 10º, inciso II, do da Resolução Normativa TC/MS nº 67/2010, com a redação dada pelo art. 2º da Resolução Normativa TC/MS nº 71/2011 c/c art. 11, inciso V, 'a' do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 98/2018.

Remetam-se os autos ao Cartório para as devidas providências.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 11 de novembro de 2019.

Ronaldo Chadid  
Conselheiro Relator

DESPACHO DSP - G.RC - 41125/2019

PROCESSO TC/MS: TC/4992/2016

PROTOCOLO: 1680991

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE RECURSOS BANDEIRANTES – FUNDERBAND

JURISDICIONADO: MÁRCIO FAUSTINO DE QUEIROZ – PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA – 2013 a 2016

TIPO DE PROCESSO: CONTAS DE GESTÃO – 2.015

RELATOR: CONSELHEIRO RONALDO CHADID

Vistos, etc ...

Referem-se os presentes autos às Contas de Gestão do *Fundo Municipal de Recursos Bandeirantes – FUNDERBAND*, referentes ao exercício de 2.015.

Manifestou-se a 5ª Inspeção de Controle Externo através da Análise nº 5184/2018, f. 146 a 153, e igualmente a Auditoria, através do Parecer nº 24166/2018, f. 154 a 160, bem como o Ministério Público de Contas, no Parecer nº 18685/2019, f. 161-162, apontado a ausência de movimento no exercício, entendendo, assim, que os autos devam ser arquivados.

Por todo o exposto, e acolhendo o posicionamento do Ministério Público de Contas, **DETERMINO** o **ARQUIVAMENTO** do presente processo, nos termos do art. 11, inc. V, alínea "a" do Regimento Interno desta Corte de Contas, aprovado pela Resolução TCE/MS nº 98, de cinco de dezembro de 2018.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 08 de novembro de 2019.

Ronaldo Chadid  
Conselheiro Relator

**DESPACHO DSP - G.RC - 42216/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/34/2018  
**PROTOCOLO:** 1877900  
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO  
**JURISDICIONADO:** DERLEI JOÃO DELEVATTI  
**TIPO DE PROCESSO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO  
**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID

Considerando que **Derlei João Delevatti**, Prefeito Municipal de Porto Murtinho/MS, apresentou solicitação de prorrogação de prazo tempestivamente e de forma fundamentada (f.300). **DEFIRO** a dilação do prazo, por determinação do Conselheiro Relator, concedendo-lhe 20 (vinte) dias, para apresentar nos autos os documentos e justificativas quanto aos apontamentos do Despacho DSP G.RC- 31484/2019.

O pedido de prorrogação de prazo está regulado pelo Regimento Interno art. 202, Inciso V, aprovado pela Resolução Normativa nº 98, de 05 de dezembro de 2018.

Ao Cartório para as providências de praxe.

**Publique-se.**  
**Cumpra-se.**

Campo Grande/MS, 19 de novembro de 2019.

**Osmar Pedrosa de Frias**  
Assessor de Gabinete

**Intimações**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE LUIZ ALBERTO DE LIMA ANDRADE COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS ÚTEIS.**

O Conselheiro Ronaldo Chadid, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 50 da LC 160/2012 c/c os arts. 95 e 97 do RITC/MS, aprovado pela Resolução nº 98 de 2018, **INTIMA**, pelo presente edital, **Luiz Alberto de Lima Andrade**, Ex-Secretário de Contas e Gestão do Município de Santa Rita do Pardo/MS, tendo em vista que não se encontra cadastrado junto ao **CJUR** (Sistema de Cadastro dos Jurisdicionados), para que apresente no processo **TC/19393/2012**, no prazo de **20 (vinte) dias úteis**, a contar da data desta publicação, documentos e/ou justificativas a fim de sanar as irregularidades apontadas no Despacho **DSP – G.RC – 42002/2019**, sob pena de multa, nos termos do art. 44, I, da LC 160/2012.

Campo Grande/MS, 21 de novembro de 2019.

**Ronaldo Chadid**  
Conselheiro Relator

**Carga/Vista**

**PROCESSOS DISPONÍVEIS EM CARTÓRIO PARA CARGA/VISTAS**

**PROCESSO TC/MS:** TC/22604/2016  
**PROTOCOLO:** 1739414  
**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** JORGE OLIVEIRA MARTINS  
**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO  
**RELATOR (A):** RONALDO CHADID  
**ADVOGADOS:** PEDRO NAVARRO CORREIA (OAB/MS n. 12.414) E GUILHERME VAZ LOPES LINS (OAB/MS n. 24.187).

CAMPO GRANDE, 22 de novembro de 2019.

**DELMIR ERNO SCHWEICH**  
Chefe II

**Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo**

**Despacho**

**DESPACHO DSP - G.ODJ - 42400/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/14000/2015  
**PROTOCOLO:** 1619759  
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO  
**RESPONSÁVEIS:** HEITOR MIRANDA DOS SANTOS; MARCOS ANTÔNIO ROLON ROMERO; DERLEI JOÃO DELEVATTI  
**CARGOS :** EX-PREFEITO; EX-SECRETÁRIO DE SAÚDE; PREFEITO  
**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 55/2015  
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**Vistos etc...**

Com fulcro no art. 202, V, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **indefiro** o pedido de prorrogação de prazo solicitado na peça 59, referente ao Termo de Intimação n. 15873/2019, tendo em vista o que dispõe o mencionado dispositivo:

“Art. 202. Observado o disposto nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar n. 160, de 2012, às matérias relativas aos prazos são também aplicáveis as seguintes regras:

...

V - atendendo a circunstâncias especiais, o Conselheiro poderá prorrogar o prazo uma vez, até igual prazo daquele originalmente estabelecido ou do ato que o fixou especificamente, **vedada a prorrogação para apresentação de defesa**, a interposição de recurso ou o pedido de revisão, observadas as disposições do art. 4º, caput, II, deste Regimento e no art. 54, § 2º da LC nº 160, de 2012,” grifos postos.

Publique-se e intime a parte interessada.

Ao Cartório para cumprimento.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2019.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.ODJ - 39934/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/8331/2019  
**PROTOCOLO:** 1988136  
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIA LOPES DA LAGUNA  
**ASSUNTO:** PEDIDO DE REVISÃO  
**REQUERENTE:** JÁCOMO DAGOSTIN  
**DELIBERAÇÃO RESCINDENDA:** DECISÃO SINGULAR DSG- G.RC-6383/2017  
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**Vistos, etc.**

Trata-se do Pedido de Revisão interposto pelo Sr. Jácomo Dagostin, ex-prefeito do Município de Guia Lopes da Laguna, em face da Decisão Singular DSG-G.RC-6383/2017, proferida no Processo TC/20421/2016, que registrou diversas contratações temporárias para as funções de farmacêutica, fonoaudiólogo, médico, técnica de enfermagem e atendente de consultório dentário, bem como apenou o requerente com multa regimental, em razão da intempestividade nas remessas dos documentos a este Tribunal.

O presente pedido foi recebido pelo Presidente desta Corte de Contas, por meio do Despacho DSP-GAB.PRES.-27808/2019 (peça 2), nos termos do art. 73 da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012.

Com fulcro no art. 74 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 175, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **concedo**, liminarmente, o **efeito suspensivo** ao presente pedido de revisão.

Encaminhe-se à Diretoria-Geral para as providências cabíveis (art. 175, § 3º, do RITC/MS).

Após, ao Cartório para a intimação do requerente e a publicação desta decisão, e ao Ministério Público de Contas para a emissão de parecer.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 30 de outubro de 2019.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

### Carga/Vista

#### PROCESSOS DISPONÍVEIS EM CARTÓRIO PARA CARGA/VISTAS

PROCESSO TC/MS: TC/01834/2012  
PROTOCOLO INICIAL: 1254002  
UNIDADE JURISDICIONADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU  
JURISDICIONADO/INTERESSADO (A): CENTRO SUL LTDA  
TIPO DE PROCESSO: CONTRATO ADMINISTRATIVO  
RELATOR (A): OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**ADVOGADOS: LEONARDO BASMAGE P. MACHADO (OAB/MS n. 11.814) E ANDRESSA NAYARA RODRIGUES BASMAGE (OAB/MS n. 12.529).**

PROCESSO TC/MS: TC/20767/2016  
PROTOCOLO: 1739850  
ÓRGÃO: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL  
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A): JORGE OLIVEIRA MARTINS  
TIPO DE PROCESSO: CONCESSÃO  
RELATOR (A): OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**ADVOGADOS: PEDRO NAVARRO CORREIA (OAB/MS n. 12.414) E GUILHERME VAZ LOPES LINS (OAB/MS n. 24.187).**

CAMPO GRANDE, 22 de novembro de 2019.

**DELMIR ERNO SCHWEICH**  
Chefe II

### Conselheiro Flávio Kayatt

#### Despacho

**DESPACHO DSP - G.FEK - 41580/2019**

**PROCESSO TC/MS: TC/25031/2017**  
**PROTOCOLO: 1874084**  
**ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM**  
**JURISDICIONADO: GUILHERME ALVES MONTEIRO**  
**CARGOS : PREFEITO MUNICIPAL**  
**TIPO DE PROCESSO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2017**  
**RELATOR: CONS. FLÁVIO KAYATT**

Defiro o Pedido de Prorrogação de Prazo (peça 51), por **20 (vinte)** dias úteis, no que se refere ao Termo de Intimação INT - G.FEK - 14794/2019 (peça 47), com o seu respectivo Termo de Ciência de Intimação, datado de 7 de outubro de 2019, às 08:15:46 (peça 49), com fundamento nas regras dos arts. 4º, II, **b**, e 202, V, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018.

Ao Cartório, para publicação e os demais fins.

Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2019.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 41461/2019**

**PROCESSO TC/MS: TC/9965/2018**  
**PROTOCOLO: 1928393**  
**ÓRGÃO: MUNICÍPIO DE NIOAQUE**  
**JURISDICIONADO: VALDIR COUTO DE SOUZA JÚNIOR**  
**CARGO: PREFEITO MUNICIPAL**

**TIPO DE PROCESSO: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63/2018**  
**RELATOR: CONS. FLÁVIO KAYATT**

Defiro o Pedido de Prorrogação de Prazo (peça 59), por **20 (vinte)** dias úteis, no que se refere ao Termo de Intimação INT - G.FEK - 14533/2019 (peça 55), com o seu respectivo Termo de Ciência de Intimação, datado de 4 de outubro de 2019, às 10:43:10 (peça 57), com fundamento nas regras dos arts. 4º, II, **b**, e 202, V, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018.

Ao Cartório, para publicação e os demais fins.

Campo Grande/MS, 12 de novembro de 2019.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

### Cartório

#### Carga/Vista

#### PROCESSOS DISPONÍVEIS EM CARTÓRIO PARA CARGA/VISTAS

PROCESSO TC/MS: TC/2018/2017  
PROTOCOLO: 1778318  
ÓRGÃO: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL  
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A): JORGE OLIVEIRA MARTINS  
TIPO DE PROCESSO: CONCESSÃO  
RELATOR (A): MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO  
**ADVOGADOS: PEDRO NAVARRO CORREIA (OAB/MS n. 12.414) E GUILHERME VAZ LOPES LINS (OAB/MS n. 24.187).**

CAMPO GRANDE, 22 de novembro de 2019.

**DELMIR ERNO SCHWEICH**  
Chefe II

### SECRETARIA DAS SESSÕES

#### Pauta

#### Pleno

**PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL PLENO Nº 35 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019 - JULGAMENTOS DESIGNADOS PARA PRÓXIMA SESSÃO ÀS 09:00 HORAS.**

#### CONSELHEIRO RONALDO CHADID

**RELATOR: CONS. RONALDO CHADID**  
**PROCESSO: TC/8663/2019**  
**ASSUNTO: REVISÃO 2013**  
**PROTOCOLO: 1735155**  
**ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES**  
**INTERESSADO(S): BRUNO ROCHA SILVA, MAURA TEODORO JAJAH**  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
**TC/00002170/2013 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2010**

**RELATOR: CONS. RONALDO CHADID**  
**PROCESSO: TC/07068/2017**  
**ASSUNTO: CONTAS DE GESTÃO 2016**  
**PROTOCOLO: 1806356**  
**ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS DE CORGUINHO**  
**INTERESSADO(S): DALTON DE SOUZA LIMA, MARCELA RIBEIRO LOPES**

**RELATOR: CONS. RONALDO CHADID**  
**PROCESSO: TC/22831/2016/001**  
**ASSUNTO: RECURSO ORDINÁRIO 2016**  
**PROTOCOLO: 1877388**  
**ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMAOS DO BURITI**  
**INTERESSADO(S): LEOMARCIA APARECIDA CABRAL DE MELO, WLADEMIR DE**

SOUZA VOLK

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/20974/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1877392  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMAOS DO BURITI  
**INTERESSADO(S):** LEOMARCIA APARECIDA CABRAL DE MELO, WLADEMIR DE SOUZA VOLK

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/20944/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1877395  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMAOS DO BURITI  
**INTERESSADO(S):** LEOMARCIA APARECIDA CABRAL DE MELO, WLADEMIR DE SOUZA VOLK

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/25394/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1877398  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMAOS DO BURITI  
**INTERESSADO(S):** LEOMARCIA APARECIDA CABRAL DE MELO, WLADEMIR DE SOUZA VOLK

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/26631/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1877403  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMAOS DO BURITI  
**INTERESSADO(S):** LEOMARCIA APARECIDA CABRAL DE MELO, WLADEMIR DE SOUZA VOLK

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/22885/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1877406  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMAOS DO BURITI  
**INTERESSADO(S):** LEOMARCIA APARECIDA CABRAL DE MELO, WLADEMIR DE SOUZA VOLK

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/20920/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1877416  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMAOS DO BURITI  
**INTERESSADO(S):** LEOMARCIA APARECIDA CABRAL DE MELO, WLADEMIR DE SOUZA VOLK

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/22849/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1877421  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMAOS DO BURITI  
**INTERESSADO(S):** LEOMARCIA APARECIDA CABRAL DE MELO, WLADEMIR DE SOUZA VOLK

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/116314/2012/002  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012  
**PROTOCOLO:** 1878298  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE TRES LAGOAS  
**INTERESSADO(S):** CLEZIO ANTONIO LARA, DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI LEITE

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/03876/2012/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012  
**PROTOCOLO:** 1880814  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE BATAYPORA  
**INTERESSADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI LEITE, EDSON PERES IBRAHIM

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/27874/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1885074  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMAOS DO BURITI  
**INTERESSADO(S):** LEOMARCIA APARECIDA CABRAL DE MELO, WLADEMIR DE SOUZA VOLK

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/27898/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1885081  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMAOS DO BURITI  
**INTERESSADO(S):** LEOMARCIA APARECIDA CABRAL DE MELO, WLADEMIR DE SOUZA VOLK

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/5612/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1887354  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** LEDI FERLA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/11533/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1895552  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI  
**INTERESSADO(S):** SERGIO DIOZEBIO BARBOSA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/14848/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1922936  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/10945/2017/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2017  
**PROTOCOLO:** 1978350  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPADAO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** JOAO CARLOS KRUG

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/10945/2017/002  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2017  
**PROTOCOLO:** 1979546  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPADAO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** ANDREY DE MORAES SCAGLIA, JOAO DONHA NUNES, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, LUCAS HENRIQUE DOS SANTOS CARDOS, PATRÍCIA FEITOSA DE OLIVIERA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/7593/2019  
**ASSUNTO:** REVISÃO 2016  
**PROTOCOLO:** 1983339  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMAOS DO BURITI  
**INTERESSADO(S):** RENATA CRISTINA RIOS S. M. DO AMARAL, WLADEMIR DE SOUZA VOLK  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00029170/2016 ATOS DE PESSOAL 2016

**CONSELHEIRO OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/2660/2014  
**ASSUNTO:** BALANÇO GERAL 2013  
**PROTOCOLO:** 1488067  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAARAPÓ  
**INTERESSADO(S):** MARIO VALERIO  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00009233/2013 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

TC/00012348/2013 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013  
TC/00015566/2014 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/2834/2014  
**ASSUNTO:** BALANÇO GERAL 2013  
**PROTOCOLO:** 1488752  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTI  
**INTERESSADO(S):** ISABEL CRISTINA RODRIGUES  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00009239/2013 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013  
TC/00012263/2013 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013  
TC/00000788/2013 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/2721/2014  
**ASSUNTO:** BALANÇO GERAL 2013  
**PROTOCOLO:** 1488626  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE VICENTINA  
**INTERESSADO(S):** HÉLIO TOSHIITI SATO  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00005745/2013 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013  
TC/00012302/2013 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013  
TC/00004921/2014 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/7397/2015  
**ASSUNTO:** BALANÇO GERAL 2014  
**PROTOCOLO:** 1593118  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI  
**INTERESSADO(S):** SERGIO DIOZEBIO BARBOSA  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00002767/2015 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014  
TC/00007391/2014 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014  
TC/00012486/2015 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015  
TC/00004918/2014 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/6945/2015  
**ASSUNTO:** BALANÇO GERAL 2014  
**PROTOCOLO:** 1591092  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO JOÃO  
**INTERESSADO(S):** SELSO LUIZ LOZANO RODRIGUES  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00002881/2014 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014  
TC/00008192/2014 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014  
TC/00019137/2014 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/7503/2015  
**ASSUNTO:** BALANÇO GERAL 2014  
**PROTOCOLO:** 1592750  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE QUEDAS  
**INTERESSADO(S):** JOSE GOMES GOULART  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00005751/2014 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014  
TC/00008470/2014 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014  
TC/00019163/2014 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/2927/2014  
**ASSUNTO:** BALANÇO GERAL 2013  
**PROTOCOLO:** 1489375  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA  
**INTERESSADO(S):** DARCY FREIRE  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00005151/2013 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013  
TC/00010698/2017 FISCALIZAÇÃO 2013  
TC/00012373/2013 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013  
TC/00005176/2013 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013  
TC/00006193/2013 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/23933/2016  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2013  
**PROTOCOLO:** 1650145  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAARAPÓ  
**INTERESSADO(S):** IREU NATAL BARROS

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/23929/2016  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2013  
**PROTOCOLO:** 1646988  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA ALVORADA DO SUL  
**INTERESSADO(S):** ADELIZA MARIA SANTOS ABRAMI, JUVENAL DE ASSUNÇÃO NETO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/23491/2016  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2014  
**PROTOCOLO:** 1633528  
**ORGÃO:** INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TACURU  
**INTERESSADO(S):** ERMINIO LIMA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/24167/2016  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2015  
**PROTOCOLO:** 1678390  
**ORGÃO:** INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TACURU  
**INTERESSADO(S):** ERMINIO LIMA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/23393/2016  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2014  
**PROTOCOLO:** 1637510  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SETE QUEDAS  
**INTERESSADO(S):** DANIEL RIBEIRO AMORIM, JOSE GOMES GOULART

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/24169/2016  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2015  
**PROTOCOLO:** 1678395  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE TACURU  
**INTERESSADO(S):** PAULO SERGIO LOPES MELLO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/24212/2016  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2015  
**PROTOCOLO:** 1727533  
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE SETE QUEDAS  
**INTERESSADO(S):** JOSE GOMES GOULART, ORLANDO GONÇALVES

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/113/2019  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2017  
**PROTOCOLO:** 1949994  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JAPORA  
**INTERESSADO(S):** JOAQUIM ADIALA HARA, VANDERLEY BISPO DE OLIVEIRA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/9747/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014  
**PROTOCOLO:** 1814471  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPORA  
**INTERESSADO(S):** JOÃO ALBERTO DE SOUZA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/9796/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015  
**PROTOCOLO:** 1833643  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPADAO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** CRISTIANE CREMM MIRANDA, LUIZ FELIPE BARRETO DE

MAGALHAES, NAUDIR DE BRITO MIRANDA, ROSIMARY BARROS

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/8538/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1775333

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO

**INTERESSADO(S):** ANA PAULA LEAO BARBOSA, KARLA DANIELLE DE ALBUQUERQUE ARRUDA, MARIO ALBERTO KRUGER, VIVIANE VIANA DE SOUZA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/7012/2013/001

**ASSUNTO:** RECURSO 2013

**PROTOCOLO:** 1607330

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA

**INTERESSADO(S):** EDER UILSON FRANÇA LIMA, THIAGO A. CHIANCA P. OLIVEIRA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/9028/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015

**PROTOCOLO:** 1699678

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA

**INTERESSADO(S):** JORGE JUSTINO DIOGO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/1537/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1785165

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SONORA

**INTERESSADO(S):** ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, YURI PEIXOTO BARBOSA VALEIS

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/9245/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018

**PROTOCOLO:** 1884645

**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE

**INTERESSADO(S):** ANGELA MARIA DE BRITO, JOSÉ FLORÊNCIO DE MELO IRMÃO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/9250/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018

**PROTOCOLO:** 1886412

**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE

**INTERESSADO(S):** ANGELA MARIA DE BRITO, JOSÉ FLORÊNCIO DE MELO IRMÃO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/11553/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1818014

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ÁGUA CLARA

**INTERESSADO(S):** BRUNO OLIVEIRA PINHEIRO, Dráusio Jucá Pires, GUILHERME AZAMBUJA FALCÃO NOVAES, LUIZ FELIPE FERREIRA DOS SANTOS, MARIANA SILVEIRA NAGLIS, SILAS JOSE DA SILVA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/11243/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018

**PROTOCOLO:** 1896523

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL

**INTERESSADO(S):** ABNER ALCANTARA SAMHA SANTOS, ADILSON VIEGAS DE FREITAS, BRUNO OLIVEIRA PINHEIRO, ERONIVALDO DA SILVA VASCONCELOS JUNIOR, GUILHERME AZAMBUJA FALCÃO NOVAES, LUIZ FELIPE FERREIRA DOS SANTOS

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/27843/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1880233

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

**INTERESSADO(S):** ADAO UNIRIO ROLIM

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/9088/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1820984

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA

**INTERESSADO(S):** ARI BASSO, ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, PATRÍCIA FEITOSA DE OLIVEIRA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/9685/2010/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2010

**PROTOCOLO:** 1646324

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPA

**INTERESSADO(S):** OSCAR LUIZ PEREIRA BRANDÃO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/06048/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015

**PROTOCOLO:** 1839143

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO

**INTERESSADO(S):** CACILDO DAGNO PEREIRA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/06204/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018

**PROTOCOLO:** 1895550

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO

**INTERESSADO(S):** CACILDO DAGNO PEREIRA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/13934/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015

**PROTOCOLO:** 1880624

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO

**INTERESSADO(S):** CACILDO DAGNO PEREIRA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/13984/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018

**PROTOCOLO:** 1896246

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO

**INTERESSADO(S):** CACILDO DAGNO PEREIRA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/14260/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015

**PROTOCOLO:** 1819311

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO

**INTERESSADO(S):** CACILDO DAGNO PEREIRA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/04083/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018

**PROTOCOLO:** 1911035

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO

**INTERESSADO(S):** CACILDO DAGNO PEREIRA, FERNANDO AMARILHA VARGAS DA ROSA, LUCIANO HERCULANO DE OLIVEIRA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/03039/2012/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1715880

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÁ

**INTERESSADO(S):** ANDRE BARBOSA FABIANO, FLAVIO ESGAIB KAYATT, SORAYA SAAB

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/02231/2017/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018

**PROTOCOLO:** 1902992

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** DÉLIA GODOY RAZUK

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/15538/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1725187  
**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** IVANDRO CORREA FONSECA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/14136/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015  
**PROTOCOLO:** 1816378  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** SEBASTIÃO NOGUEIRA FARIA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/656/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015  
**PROTOCOLO:** 1824336  
**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** ANGELA MARIA DE BRITO, José Florêncio de Melo Irmão

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/1576/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1735092  
**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** HEITOR PEREIRA DE OLIVEIRA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/15919/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1880920  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA  
**INTERESSADO(S):** Dráusio Jucá Pires, GUILHERME AZAMBUJA FALCÃO NOVAES, LUIZ FELIPE FERREIRA DOS SANTOS, MARIANA SILVEIRA NAGLIS, SILAS JOSE DA SILVA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/16088/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014  
**PROTOCOLO:** 1879267  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS  
**INTERESSADO(S):** ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, NEIVA LEITE CARNEIRO, PATRÍCIA FEITOSA DE OLIVEIRA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/9661/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013  
**PROTOCOLO:** 1664092  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU  
**INTERESSADO(S):** ABNER ALCANTARA SAMHA SANTOS, ADILSON VIEGAS DE FREITAS, BRUNO OLIVEIRA PINHEIRO, GUILHERME AZAMBUJA FALCÃO NOVAES, LUIZ FELIPE FERREIRA DOS SANTOS, PEDRO ARLEI CARAVINA

#### **CONSELHEIRO JERSON DOMINGOS**

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/11643/2019  
**ASSUNTO:** CONSULTA 2019  
**PROTOCOLO:** 2003043  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ  
**INTERESSADO(S):** DELANO DE OLIVEIRA HUBER

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/30290/2016  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2014  
**PROTOCOLO:** 1751042  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIBAS DO RIO PARDO  
**INTERESSADO(S):** CELIA REGINA SCARPIN RAMOS, JOSE DOMINGUES RAMOS,

PAULO CESAR LIMA SILVEIRA

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/6906/2013  
**ASSUNTO:** INSPEÇÃO ORDINÁRIA 2012  
**PROTOCOLO:** 1417316  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ROCHEDO  
**INTERESSADO(S):** ADÃO PEDRO ARANTES, JOÃO CORDEIRO

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/10156/2014  
**ASSUNTO:** PEDIDO DE REVISÃO 2014  
**PROTOCOLO:** 1447855  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE AMAMBAI  
**INTERESSADO(S):** CRISTIANE CREMM MIRANDA, GILMAR DE ALMEIDA VICENTIN, NAUDIR DE BRITO MIRANDA  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):** TC/00001371/2008 FISCALIZAÇÃO 2006

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/16396/2016  
**ASSUNTO:** REVISÃO 2016  
**PROTOCOLO:** 1725516  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALVORADA DO SUL  
**INTERESSADO(S):** ARLEI SILVA BARBOSA  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):** TC/00022228/2012 ATOS DE PESSOAL 2012

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/16392/2016  
**ASSUNTO:** REVISÃO 2016  
**PROTOCOLO:** 1725510  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALVORADA DO SUL  
**INTERESSADO(S):** ARLEI SILVA BARBOSA  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):** TC/00021799/2012 ATOS DE PESSOAL 2012

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/03201/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1748760  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/06191/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014  
**PROTOCOLO:** 1768145  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/4127/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1895101  
**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
**INTERESSADO(S):** BEATRIZ FIGUEIREDO DOBASHI

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/6458/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013  
**PROTOCOLO:** 1829566  
**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
**INTERESSADO(S):** BEATRIZ FIGUEIREDO DOBASHI

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/120141/2012/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012  
**PROTOCOLO:** 1781878  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU  
**INTERESSADO(S):** MAURILIO FERREIRA AZAMBUJA

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

**PROCESSO:** TC/7627/2018  
**ASSUNTO:** RELATÓRIO DESTAQUE 2017  
**PROTOCOLO:** 1912127  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COXIM  
**INTERESSADO(S):** FRANCIEL LUIZ DE OLIVEIRA, JOELMA CRISTINA SCHUMACHER, ROGERIO MARCIO ALVES SOUTO

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/8650/2018  
**ASSUNTO:** RELATÓRIO DESTAQUE 2013  
**PROTOCOLO:** 1916455  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COXIM  
**INTERESSADO(S):** FRANCIEL LUIZ DE OLIVEIRA, JOELMA CRISTINA SCHUMACHER, MARCELO CESAR DE ARRUDA FERREIRA, ROGERIO MARCIO ALVES SOUTO  
**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/8656/2018  
**ASSUNTO:** RELATÓRIO DESTAQUE 2012  
**PROTOCOLO:** 1916452  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COXIM  
**INTERESSADO(S):** FRANCIEL LUIZ DE OLIVEIRA, GILBERTO PORTELA LIMA, JOELMA CRISTINA SCHUMACHER, ROGERIO MARCIO ALVES SOUTO

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/24204/2017  
**ASSUNTO:** CONSULTA 2017  
**PROTOCOLO:** 1865178  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** JOÃO BATISTA DA ROCHA

#### **CONSELHEIRO MARCIO CAMPOS MONTEIRO**

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/2797/2008/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2008  
**PROTOCOLO:** 1624464  
**ORGÃO:** FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** ANTONIO CESAR NAGLIS, EDIO DE SOUZA VIEGAS

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/17138/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013  
**PROTOCOLO:** 1707606  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADINA  
**INTERESSADO(S):** MILTON PIRES DE OLIVEIRA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/16262/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1928801  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM  
**INTERESSADO(S):** ALUIZIO COMETKI SAO JOSE, ANDREY DE MORAES SCAGLIA, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, LUCAS HENRIQUE DOS SANTOS CARDOS, PATRÍCIA FEITOSA DE OLIVIERA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/8749/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1922837  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM  
**INTERESSADO(S):** ALUIZIO COMETKI SAO JOSE, ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, PATRÍCIA FEITOSA DE OLIVIERA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/8959/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014  
**PROTOCOLO:** 1860603  
**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA  
**INTERESSADO(S):** OSNI MOREIRA DE SOUZA, VICTOR DIB YAZBEK FILHO

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/17490/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1918334  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS  
**INTERESSADO(S):** IVAN DA CRUZ PEREIRA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/3380/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013  
**PROTOCOLO:** 1826114  
**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** VOLMAR VICENTE FILIPPIN

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/15604/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1924953  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** JAMAL MOHAMED SALEM

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/66246/2011/001  
**ASSUNTO:** RECURSO 2011  
**PROTOCOLO:** 1607009  
**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUMBÁ  
**INTERESSADO(S):** CASSANDRA ARAUJO DELGADO GONZALEZ ABBATE, LAUTHER DA SILVA SERRA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/10946/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1887531  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUMBÁ  
**INTERESSADO(S):** DINACI VIEIRA MARQUES RANZI

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/4218/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013  
**PROTOCOLO:** 1667408  
**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
**INTERESSADO(S):** RUITER CUNHA DE OLIVEIRA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/19056/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013  
**PROTOCOLO:** 1836551  
**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUMBÁ  
**INTERESSADO(S):** DINACI VIEIRA MARQUES RANZI

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/9844/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1947428  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
**INTERESSADO(S):** CACILDO DAGNO PEREIRA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/13291/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1888187  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGÉLICA  
**INTERESSADO(S):** LUIZ ANTONIO MILHORANÇA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/15597/2017  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2017  
**PROTOCOLO:** 1833681  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEI  
**INTERESSADO(S):** ELENI TEIXEIRA DOS SANTOS FELIPE, ERALDO JORGE LEITE

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/03869/2012/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012  
**PROTOCOLO:** 1776462  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAYPORÃ  
**INTERESSADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI LEITE, EDSON PERES IBRAHIM

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/00212/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1892797  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAATEMI  
**INTERESSADO(S):** Jose Roberto Felipe Arcoverde

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/10585/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1888134  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAATEMI  
**INTERESSADO(S):** Jose Roberto Felipe Arcoverde

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/19863/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015  
**PROTOCOLO:** 1817550  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAATEMI  
**INTERESSADO(S):** Jose Roberto Felipe Arcoverde

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/6651/2015  
**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2014  
**PROTOCOLO:** 1591958  
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DE CORUMBÁ  
**INTERESSADO(S):** MARCELO AGUILAR IUNES, ROSEANE LIMOIEIRO DA SILVA PIRES

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/16371/2016  
**ASSUNTO:** REVISÃO 2016  
**PROTOCOLO:** 1725851  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM  
**INTERESSADO(S):** CLAUDIA WANESSA DE SOUZA BARBOSA  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00012553/2015 ATOS DE PESSOAL 2015

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/8611/2017  
**ASSUNTO:** REVISÃO 2013  
**PROTOCOLO:** 1813716  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANASTÁCIO  
**INTERESSADO(S):** DOUGLAS MELO FIGUEIREDO  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00018837/2013 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2013

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/223/2019  
**ASSUNTO:** REVISÃO 2014  
**PROTOCOLO:** 1952145  
**ORGÃO:** FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** FABIANO GOMES FEITOSA, RUDINEY DE ARAUJO LEAL  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00006528/2014/001 RECURSO 2015

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/17627/2017  
**ASSUNTO:** RELATÓRIO DESTAQUE 2017  
**PROTOCOLO:** 1837103  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE FATIMA DO SUL  
**INTERESSADO(S):** ERMESON CLEBER MENDES

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/5454/2018

**ASSUNTO:** RELATÓRIO DESTAQUE 2018  
**PROTOCOLO:** 1902181  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE CAARAPÓ  
**INTERESSADO(S):** ANDRE LUIS NEZZI DE CARVALHO

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/7198/2015  
**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2014  
**PROTOCOLO:** 1592754  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL PARA INFANCIA E A ADOLESCENCIA DE JARDIM  
**INTERESSADO(S):** ERNEY CUNHA BAZZANO BARBOSA, SÉRGIO SILVA ROSA

#### CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/5972/2016  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2015  
**PROTOCOLO:** 1680406  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** ARCENO ATHAS JUNIOR, ARISTEU PEREIRA NANTES  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00010129/2016 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015  
TC/00015412/2015 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/7422/2015  
**ASSUNTO:** BALANÇO GERAL 2014  
**PROTOCOLO:** 1592825  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTI  
**INTERESSADO(S):** ISABEL CRISTINA RODRIGUES  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00004002/2014 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014  
TC/00008178/2014 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/17720/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1921143  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO  
**INTERESSADO(S):** HEITOR MIRANDA DOS SANTOS

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/11468/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1922591  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO  
**INTERESSADO(S):** MARIO ALBERTO KRUGER

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/28703/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1968872  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE  
**INTERESSADO(S):** ADAO UNIRIO ROLIM, MANOEL EDUARDO MACIEL CORREA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/17664/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1887769  
**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** ANGELA MARIA DE BRITO, JOSÉ FLORÊNCIO DE MELO IRMÃO

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/16215/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013  
**PROTOCOLO:** 1699259  
**ORGÃO:** SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BELA VISTA  
**INTERESSADO(S):** JERÔNIMO FERREIRA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/17712/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1727723

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA

**INTERESSADO(S):** JUN ITI HADA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/19679/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018

**PROTOCOLO:** 1893044

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAL MOREIRA

**INTERESSADO(S):** BRUNO OLIVEIRA PINHEIRO, Dráusio Jucá Pires, EDSON LUIZ DE DAVID, ELIDA RAIANE LIMA GARCIA, GUILHERME AZAMBUJA FALCÃO NOVAES, LUIZ FELIPE FERREIRA DOS SANTOS, MARCOS GABRIEL EDUARDO FERREIRA MARTINS DE SOUZA, MARIANA SILVEIRA NAGLIS

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/2271/2013/001

**ASSUNTO:** RECURSO 2013

**PROTOCOLO:** 1609766

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO JOÃO

**INTERESSADO(S):** LUCIA REGINA DA CRUZ BUTKEVICIUS

Interessado:

**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS DOS JULGAMENTOS DESIGNADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

SECRETARIA DAS SESSÕES, 21 DE NOVEMBRO DE 2019

Wellington Medeiros

Chefe da Secretaria das Sessões – em substituição

Portaria “P” 523/2019

TCE/MS

## Primeira Câmara

**PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA Nº 32 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019 - JULGAMENTOS DESIGNADOS PARA PRÓXIMA SESSÃO ÀS 09:00 HORAS.**

**CONSELHEIRO WALDIR NEVES BARBOSA**

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/43957/2011

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2011

**PROTOCOLO:** 1080299

**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

**INTERESSADO(S):** ANDRE LUIZ CANCE, ASSETS ALICERCE ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, felipe mattos de lima ribeiro, GUARACI LUIZ FONTANA, JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO, MARCIO CAMPOS MONTEIRO, MÁRIO SÉRGIO MACIEL LORENZETTO

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/23663/2012

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2012

**PROTOCOLO:** 1272569

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE INOCENCIA

**INTERESSADO(S):** ANTONIO ANGELO GARCIA DOS SANTOS, ESTANISLAU DA ROCHA FONSECA - ME

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/23817/2012

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2012

**PROTOCOLO:** 1304804

**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E CONTROLE DE CAMPO GRANDE

**INTERESSADO(S):** MARCELA RODRIGUES CARNEIRO, MARCOS MARCELLO TRAD, MDR DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA - ME, NELSON TRAD FILHO, NILVA SANTOS

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/24291/2012

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2012

**PROTOCOLO:** 1314098

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA

**INTERESSADO(S):** DHYENY RODRIGUES PEREIRA, EDVALDO ALVES DE QUEIROZ

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/118977/2012

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2012

**PROTOCOLO:** 1355870

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES LAGOAS

**INTERESSADO(S):** BRASILVA ENGENHARIA LTDA, MÁRCIA MARIA SOUZA DA COSTA MOURA DE PAULA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/2106/2013

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2012

**PROTOCOLO:** 1374042

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

**INTERESSADO(S):** JANETE BELINI DOLIVEIRA, Jose Mário Antunes da Silva, MDR DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA - ME, NELSON TRAD FILHO, NILVA SANTOS

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/1581/2013

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2012

**PROTOCOLO:** 1390081

**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

**INTERESSADO(S):** HELTON FONSECA BERNARDES, JOSÉ CARLOS BARBOSA, LUIZ SERAFIM DIAS, SILVIO CESAR MALUF, THIAGO GOMES DIAS DA SILVA - ME, WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/16580/2013

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2012

**PROTOCOLO:** 1449270

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES LAGOAS

**INTERESSADO(S):** ANGELO CHAVES GUERREIRO, MÁRCIA MARIA SOUZA DA COSTA MOURA DE PAULA, METRÓPOLE AUTO POSTO LTDA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/18203/2013

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2013

**PROTOCOLO:** 1458910

**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

**INTERESSADO(S):** COMERCIAL T & C LTDA APP, COMERCIAL T & C LTDA EPP, WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/9563/2014

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2014

**PROTOCOLO:** 1508789

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUIRAI

**INTERESSADO(S):** NIVALDO DE SOUZA MEIRA - ME, RICARDO FAVARO NETO

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/17629/2014

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2014

**PROTOCOLO:** 1558414

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

**INTERESSADO(S):** ARION AISLAN DE SOUZA, COMERCIAL POSTO UM LTDA, JOSE GILBERTO GARCIA, ROBERTO HASHIOKA SOLER, UMBERTO CANESQUE FILHO

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/2618/2015

**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2014

**PROTOCOLO:** 1564986

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

**INTERESSADO(S):** ELIZABETH SUMIKO ANAMI NOGUEIRA, TMAC COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/13312/2015

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2015  
**PROTOCOLO:** 1614222  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA  
**INTERESSADO(S):** DESTOCAS MS LTDA - ME, EDER UILSON FRANÇA LIMA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/18571/2015  
**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2015  
**PROTOCOLO:** 1620544  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAI  
**INTERESSADO(S):** ARTE CAMISETAS LTDA - EPP, CIRO JOSE TOALDO

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/15307/2015  
**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2015  
**PROTOCOLO:** 1627631  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA  
**INTERESSADO(S):** COMERCIAL POSTO UM LTDA, JOSE GILBERTO GARCIA, ROBERTO GINELL, ROBERTO HASHIOKA SOLER, UMBERTO CANESQUE FILHO

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/19074/2015  
**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2015  
**PROTOCOLO:** 1635860  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU  
**INTERESSADO(S):** Dráusio Jucá Pires, MARQUES & HABERMANN PEDIATRIA S/S LTDA, PEDRO ARLEI CARAVINA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/20832/2015  
**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2015  
**PROTOCOLO:** 1648505  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAI  
**INTERESSADO(S):** ANELIZE ANDRADE COELHO, INJEX INDUSTRIA CIRURGICA LTDA, LEANDRO PERES DE MATOS, LUIZ ALBERTO BATISTA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/4885/2016  
**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016  
**PROTOCOLO:** 1680896  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUIRAI  
**INTERESSADO(S):** JOSE BELO, POSTO EMANUELE LTDA, RICARDO FAVARO NETO

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/13058/2016  
**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2016  
**PROTOCOLO:** 1696842  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA  
**INTERESSADO(S):** UMBERTO CANESQUE FILHO

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/13539/2016  
**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016  
**PROTOCOLO:** 1697353  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO  
**INTERESSADO(S):** DEUSDETE HENRIQUE DIAS ME, HUMBERTO CARLOS RAMOS AMADUCCI

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/30313/2016  
**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016  
**PROTOCOLO:** 1703863  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA  
**INTERESSADO(S):** EDER UILSON FRANÇA LIMA, JOSE APARECIDO CAMPOS

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/30311/2016  
**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016  
**PROTOCOLO:** 1703873  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA  
**INTERESSADO(S):** APARECIDO DIONISIO ANGELO ME, EDER UILSON FRANÇA LIMA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/17567/2016  
**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016  
**PROTOCOLO:** 1710402  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUIRAI  
**INTERESSADO(S):** E3 INFORMÁTICA LTDA ME, JOSE BELO, RICARDO FAVARO NETO

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/25934/2016  
**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016  
**PROTOCOLO:** 1719959  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGÉLICA  
**INTERESSADO(S):** ANDRE L MARCIANO E CIA LTDA ME, LUIZ ANTONIO MILHORANÇA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/22369/2016  
**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2016  
**PROTOCOLO:** 1745206  
**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
**INTERESSADO(S):** ARENA VIP LOCACOES & EVENTOS LTDA - ME, MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/5604/2017  
**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017  
**PROTOCOLO:** 1799597  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** G A MORIS FILHO ME, JOAO CARLOS KRUG

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/10996/2017  
**ASSUNTO:** CONTRATO DE TRANSPORTE ESCOLAR 2017  
**PROTOCOLO:** 1800749  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS  
**INTERESSADO(S):** IVAN DA CRUZ PEREIRA, M C V BENITEZ TRANSPORTE - ME

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/6100/2017  
**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017  
**PROTOCOLO:** 1801204  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** JOAO CARLOS KRUG, LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS-ME

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/13997/2017  
**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017  
**PROTOCOLO:** 1827594  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE SELVIRIA  
**INTERESSADO(S):** J. VISANI & CIA LTDA, JOSE ANTONIO DE SOUZA JUNIOR, LUCIANO DA SILVA GERALDE

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/19159/2017  
**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017  
**PROTOCOLO:** 1843061  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAIBA  
**INTERESSADO(S):** CARLOS ANTONIS FERREIRA, CLAUDIO EDUARDO GERALDI AGI, DEBORA QUEIROZ DE OLIVEIRA, FREDSON FREITAS DA COSTA, GILVAN FONSECA DA SILVA, LENI APARECIDA SOUTO MIZIARA, MARIA DA GRAÇA SARACENI VIEIRA DE SOUZA, POSTO EMANUELE LTDA, RENATA CRISTINA RIOS S. M. DO AMARAL, RENATA CRISTINA RIOS SILVA, RONALDO JOSE SEVERINO DE LIMA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/19292/2017  
**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017  
**PROTOCOLO:** 1843276  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAIBA  
**INTERESSADO(S):** MERCADO BRASIL LTDA-EPP, RONALDO JOSE SEVERINO DE LIMA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/19529/2017

**ASSUNTO:** ADEÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2017

**PROTOCOLO:** 1843867

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAIBA

**INTERESSADO(S):** BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA, RONALDO JOSE SEVERINO DE LIMA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/20317/2017

**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1847850

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL DE TRES LAGOAS

**INTERESSADO(S):** CIRURGICA ESTRELA IPIGUA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, MARIA ANGELINA DA SILVA ZUQUE

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/22567/2017

**ASSUNTO:** CONTRATO DE TRANSPORTE ESCOLAR 2017

**PROTOCOLO:** 1855044

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAIBA

**INTERESSADO(S):** JOSÉ ANTONIO DA ROCHA ME, RONALDO JOSE SEVERINO DE LIMA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/24330/2017

**ASSUNTO:** CONTRATO DE TRANSPORTE ESCOLAR 2017

**PROTOCOLO:** 1868419

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO

**INTERESSADO(S):** CACILDO DAGNO PEREIRA, MAURINO RODRIGUES DE ALMEIDA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/3765/2018

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2018

**PROTOCOLO:** 1896752

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA RICA

**INTERESSADO(S):** FFS LOCAÇÕES E PRODUÇÃO DE EVENTOS, ROBERTO RODRIGUES, WALDELI DOS SANTOS ROSA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/6045/2018

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2018

**PROTOCOLO:** 1906634

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAIBA

**INTERESSADO(S):** COMÉRCIO DE GÁS SANTO EXPEDITO LTDA-ME, DEBORA QUEIROZ DE OLIVEIRA, FREDSON FREITAS DA COSTA, LENI APARECIDA SOUTO MIZIARA, MARIA DA GRAÇA SARACENI VIEIRA DE SOUZA, RONALDO JOSE SEVERINO DE LIMA, TULIO NELES BRINCK BOTELHO

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/6569/2018

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1908179

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASSILANDIA

**INTERESSADO(S):** ARTHUR BARBOSA DE SOUZA FILHO, MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/9274/2018

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2018

**PROTOCOLO:** 1925110

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAIBA

**INTERESSADO(S):** JUVENAL DE ASSUNÇÃO NETO, LLIMA COMERCIO E SERVICOS LTDA, RONALDO JOSE SEVERINO DE LIMA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/9406/2018

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2018

**PROTOCOLO:** 1925669

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASSILANDIA

**INTERESSADO(S):** ARTHUR BARBOSA DE SOUZA FILHO, COMERCIAL

CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

**CONSELHEIRO MARCIO CAMPOS MONTEIRO**

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/15444/2016

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2016

**PROTOCOLO:** 1702357

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE

**INTERESSADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA, DU BOM DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR, GERSON GARCIA SERPA, RAFAEL ARANTES BISPO - EPP, VALDIR COUTO DE SOUZA JÚNIOR

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/611/2018

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE 2017

**PROTOCOLO:** 1880127

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA

**INTERESSADO(S):** MARCELO DE ARAUJO ASCOLI, MORHENA COLETA E ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/14795/2014

**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2014

**PROTOCOLO:** 1534927

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMAOS DO BURITI

**INTERESSADO(S):** JOSELI BALBINO FALCAO ME, WLADIMIR DE SOUZA VOLK

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/20757/2015

**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA ADMINISTRATIVO 2015

**PROTOCOLO:** 1645902

**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DE CORUMBÁ

**INTERESSADO(S):** ELIZABETH ASSAD FONTENELLE, MABEL MARINHO SAHIB AGUILAR

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/3938/2015

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2015

**PROTOCOLO:** 1575437

**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUMBÁ

**INTERESSADO(S):** DINACI VIEIRA MARQUES RANZI, MARCELO AGUILAR IUNES, PAULO ROBERTO DUARTE, ROGERIO DOS SANTOS LEITE, STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/30342/2016

**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA ADMINISTRATIVO 2016

**PROTOCOLO:** 1765159

**ORGÃO:** FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS

**INTERESSADO(S):** G2 PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, NELSON BARBOSA TAVARES, ROBSON YUTAKA FUKUDA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/8532/2018

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2018

**PROTOCOLO:** 1920880

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE

**INTERESSADO(S):** DONATO LOPES DA SILVA, MONET CONCESSIONARIA DE VEICULOS E PECAS LTDA

Interessado:

**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS DOS JULGAMENTOS DESIGNADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

SECRETARIA DAS SESSÕES, 21 DE NOVEMBRO DE 2019

**Wellington Medeiros**

**Chefe da Secretaria das Sessões – em substituição**

**Portaria “P” 523/2019**

**TCE/MS**

## Segunda Câmara

**PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA Nº 30 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019 - JULGAMENTOS DESIGNADOS PARA PRÓXIMA SESSÃO ÀS 10:00 HORAS.**

### CONSELHEIRO RONALDO CHADID

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID

**PROCESSO:** TC/10889/2014

**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2014

**PROTOCOLO:** 1521737

**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA

**INTERESSADO(S):** DMP CONSTRUÇÕES LTDA, LUIZ CARLOS DA ROCHA LIMA, VICTOR DIB YAZBEK FILHO

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID

**PROCESSO:** TC/15604/2015

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2015

**PROTOCOLO:** 1627115

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE Figueira

**INTERESSADO(S):** ROGERIO RODRIGUES ROSALIN, SOLIMAR BRUM SILVEIRA - ME

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID

**PROCESSO:** TC/23694/2016

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016

**PROTOCOLO:** 1708070

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

**INTERESSADO(S):** EMPRESA CARDOSO CONVENIÊNCIAS LTDA-ME, MARCELO PIMENTEL DUALIBI

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID

**PROCESSO:** TC/19775/2016

**ASSUNTO:** ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2016

**PROTOCOLO:** 1721251

**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE

**INTERESSADO(S):** LEILA CARDOSO MACHADO

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID

**PROCESSO:** TC/13528/2017

**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2016

**PROTOCOLO:** 1824349

**ORGÃO:** AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO DE CAMPO GRANDE

**INTERESSADO(S):** ELIDIO PINHEIRO FILHO, JANINE DE LIMA BRUNO, MAVI TINTAS E SINALIZADORA LTDA - EPP

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID

**PROCESSO:** TC/23397/2017

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1859818

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÁ

**INTERESSADO(S):** EGL ENGENHARIA LTDA, HELIO PELUFFO FILHO

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID

**PROCESSO:** TC/7082/2018

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2018

**PROTOCOLO:** 1911673

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÁ

**INTERESSADO(S):** HELIO PELUFFO FILHO, POTENCIAL COMERCIO E SERVICOS - EIRELI - ME

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID

**PROCESSO:** TC/10250/2018

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE 2018

**PROTOCOLO:** 1930240

**ORGÃO:** AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

**INTERESSADO(S):** DIFERENCIAL SERVICOS E CONSTRUÇÕES LTDA, EMERSON ANTONIO MARQUES PEREIRA

### CONSELHEIRO OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/10966/2015

**ASSUNTO:** CONVÊNIO 2014

**PROTOCOLO:** 1611436

**ORGÃO:** AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

**INTERESSADO(S):** EDNEI MARCELO MIGLIOLI, EMERSON ANTONIO MARQUES PEREIRA, MARIA WILMA CASANOVA ROSA, PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/9947/2017

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1814106

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MUNDO NOVO

**INTERESSADO(S):** CLAUDEMIR A VITORELI - ME, EVALDO CARLOS DE SOUZA, VALDOMIRO BRISCHILIARI

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/18853/2017

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1842324

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE DO SUL

**INTERESSADO(S):** BRUNO DE LIMA BARBOZA, ENZO VEICULOS LTDA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/8095/2018

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2018

**PROTOCOLO:** 1918112

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA

**INTERESSADO(S):** AUTO POSTO NOSSA SENHORA APARECIDA, EDER UILSON FRANÇA LIMA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/8345/2013

**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2013

**PROTOCOLO:** 1417414

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** JORGE LUIS DE LUCIA, MS CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-EPP

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/8036/2013

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2013

**PROTOCOLO:** 1416467

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** SEBASTIÃO NOGUEIRA FARIA, UNI-FARMA CENTRO OESTE GESTÃO E COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/8701/2014

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2014

**PROTOCOLO:** 1499263

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPA

**INTERESSADO(S):** AUTO POSTO CATUCHO LTDA, ITAMAR BILIBIO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/17989/2014

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2014

**PROTOCOLO:** 1561515

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES, POSTO DAS OLIVEIRAS LTDA, REINALDO MIRANDA BENITES, RENATO DE SOUZA ROSA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/13570/2015

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2015

**PROTOCOLO:** 1617806

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES, FLORAL APOIO E LOGISTICA LTDA - ME, REINALDO MIRANDA BENITES, RENATO DE SOUZA ROSA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/5169/2014  
**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2014  
**PROTOCOLO:** 1487108  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÁ  
**INTERESSADO(S):** EDUARDO SANTOS RODRIGUES, HELIO PELUFFO FILHO, IBERE GONÇALVES & CIA LTDA, LUDIMAR GODOY NOVAIS, PATRICK CARVALHO DERZI

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/5740/2013  
**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2013  
**PROTOCOLO:** 1410840  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTI  
**INTERESSADO(S):** CERRO TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA, Elizângela Martins Biazotti dos Santos, ISABEL CRISTINA RODRIGUES

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/86/2015  
**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2014  
**PROTOCOLO:** 1562918  
**ORGÃO:** SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BELA VISTA  
**INTERESSADO(S):** ANA PAULA MELO SILVA, FRANCISCO DA CUNHA MONTEIRO FILHO, RCM INFORMÁTICA LTDA - EPP

#### CONSELHEIRO JERSON DOMINGOS

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/12305/2013  
**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2013  
**PROTOCOLO:** 1433437  
**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA  
**INTERESSADO(S):** CAMPOTERRA CONSTRUTORA LTDA, JOSÉ CARLOS BARBOSA, VICTOR DIB YAZBEK FILHO

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/17271/2013  
**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2013  
**PROTOCOLO:** 1451431  
**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA  
**INTERESSADO(S):** EBS EMPRESA BRASILEIRA DE SANEAMENTO LTDA, JOSÉ CARLOS BARBOSA

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/15013/2014  
**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2014  
**PROTOCOLO:** 1534956  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABOADO  
**INTERESSADO(S):** JOSE ROBSON SAMARA RODRIGUES DE ALMEIDA, PROVIAS ENGENHARIA LTDA

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/25247/2016  
**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA ADMINISTRATIVO 2016  
**PROTOCOLO:** 1739899  
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE CHAPADÃO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** EDITORA POSITIVO LTDA, JOAO CARLOS KRUG, LUIZ FELIPE BARRETO DE MAGALHAES, VAINER ESTELA MARTINS ANDRE

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/25440/2016  
**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016  
**PROTOCOLO:** 1754083  
**ORGÃO:** DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** GERSON CLARO DINO, ROBERTO HASHIOKA SOLER

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/10075/2018  
**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2018

**PROTOCOLO:** 1928776  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SONORA  
**INTERESSADO(S):** ENELTO RAMOS DA SILVA, WV ENGENHARIA, PERÍCIAS E AVALIAÇÕES LTDA - ME

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/10189/2018  
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017  
**PROTOCOLO:** 1930194  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** AGENOR MATTIELLO, MARCELO LUIZ BRANDAO VILELA, MARCOS MARCELLO TRAD, MARIA DAS GRAÇAS MACEDO, NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/1/2019  
**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE 2018  
**PROTOCOLO:** 1949961  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** ECOL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA, Rudi Fiorese

Interessado:

**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS DOS JULGAMENTOS DESIGNADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

SECRETARIA DAS SESSÕES, 21 DE NOVEMBRO DE 2019

Wellington Medeiros  
Chefe da Secretaria das Sessões – em substituição  
Portaria “P” 523/2019  
TCE/MS

## ATOS DO PRESIDENTE

### Atos de Gestão

### Extrato de Contrato

**PROCESSO TC/4045/2019**  
**CONTRATO N. 045/2016**

**PARTES:** Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, LT CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.  
**OBJETO:** Prestação de serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, de forma contínua e eventual com fornecimento de materiais de consumo, peças e equipamentos.  
**PRAZO:** 12 meses.  
**VALOR:** R\$ 849.972,60 (Oitocentos e quarenta e nove mil novecentos e setenta e dois reais e sessenta centavos).  
**ASSINAM:** Iran Coelho das Neves e Marcelo Teixeira Leite.  
**DATA:** 18 de novembro de 2019.

